

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

**O GOVERNO MUNICIPAL COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

ANTONIO SILVESTRE LEITE

**Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Araraquara, como parte
das exigências para obtenção do título
de Mestre em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente.**

ARARAQUARA - SP
2007

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

**O GOVERNO MUNICIPAL COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

ANTONIO SILVESTRE LEITE

Orientador: Prof. Dr. ZILDO GALLO

**Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Araraquara, como parte
das exigências para obtenção do título
de Mestre em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente.**

ARARAQUARA - SP
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

L 35g

Leite, Antonio Silvestre.

O Governo Municipal como Indutor de Desenvolvimento Local: O Caso da Economia Solidária/ Antonio Silvestre Leite. – Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2007.

Dissertação de Mestrado. Centro Universitário de Araraquara UNIARA.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Orientador: Gallo, Zildo.

1. desenvolvimento local 2. economia solidária 3. políticas públicas. I. Título

CDU. 504.03

BANCA DA DEFESA

Pedro Aguerre
PUC São Paulo

Helena Carvalho de Lorenzo
UNIARA

Zildo Gallo – orientador
UNIARA

Agradecimentos

Nesse momento tão importante de minha vida, me sinto feliz em vencer mais um desafio e sei que não cheguei até aqui sozinho. Muitos amigos e colegas me ajudaram, direta e indiretamente. Quero aqui fazer um agradecimento a todos.

Rosi, minha esposa e amiga querida, muito obrigado por tudo. Meus filhos Lucas e Camila agradeço imensamente pela paciência, colaboração e compreensão. Aos meus pais, José e Josefa, onde tudo começou.

Meu orientador Zildo pela dedicação, sabedoria e paciência. Ao meu colega de sala e grande amigo, Valdir Ferreira, pela força em todos os momentos. Em nome de Eliene agradeço a todos os meus colegas de sala. Em nome da Professora Helena, um agradecimento a todos os professores. Em nome de Ivani, grande incentivadora, um agradecimento aos funcionários da Faculdade.

Ao meu irmão Januário, pelo apoio inicial; ao meu outro irmão Eleilson, pela referência que é e pela preocupação com a finalização desse trabalho. Talita e Fernando (Mombuca), um agradecimento a esses dois companheiros de USP de Ribeirão Preto que me incentivaram e ajudaram nesses anos.

Angela Schwengber, Sandra Nishimura, Sandra Faé Praxedes e Yves Cabannes, por me transmitirem a teoria e a prática. A todos os grupos de economia solidária que conheci nesse trabalho.

Rose Nakashima e Juliana Moraes, grandes amigas. Ao meu grande amigo Altemir pela paciência e sabedoria. A Pedro Aguerre, professor da PUC e grande amigo, que faz parte da banca examinadora desse trabalho.

E também agradecimentos a pessoas que ao longo de minha vida me inspiraram para que eu continuasse a estudar: Victor Carvalho Pinto, Fernando Aith, Adail Carvalho, Paulo Teixeira, Sérgio Suiama, Wladimir Ribeiro, Simão Pedro, José Ramos (in memorian), Luciana Bonosque, Hipólito Martins, Bolçone, Emília, Adriana Silva, Jussara, Paulo Leite, Ademir, Carlão, Denis e Dona Cida.

“Viver é nascer a cada instante”.

“A essência de toda a vida espiritual é a emoção que existe dentro de você, é a sua atitude para com os outros”. (Dalai Lama)

RESUMO

Um instrumento de política de desenvolvimento sustentável que os governos estão procurando adotar é o fortalecimento das economias locais, no combate ao desemprego e a exclusão social. E a economia solidária é um exemplo de indução de desenvolvimento local, pois tem se mostrado um campo extremamente significativo na geração de estratégias emancipatórias prioritárias na constituição de grupos cooperativos, na construção de empreendimentos econômicos solidários e na sustentabilidade do desenvolvimento local, implementado através de políticas de formação, processos de incubagem de projetos e assessoria aos empreendimentos, comercialização e desenvolvimento.

Nesse sentido, os gestores de políticas públicas têm como missão promover a construção da economia solidária, incentivando e fomentando a constituição, o fortalecimento e a articulação de grupos cooperativos e empreendimentos autogestionários, em busca de alternativas ao desemprego e à exclusão social, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores inseridos num processo de desenvolvimento local, solidário e sustentável.

Cada vez mais Prefeituras estão adotando programas de economia solidária como indutor de desenvolvimento local. A pesquisa sobre o papel do governo municipal como fomentador de desenvolvimento local e o caso da economia solidária pretende abordar duas experiências que vem sendo desenvolvidas em duas Cidades que possuem programas de Economia Solidária, compará-las e mostrar como essas experiências tem contribuído para o fortalecimento do desenvolvimento local. São as cidades de Londrina, no Estado Paraná e São José do Rio Preto, em São Paulo.

Ter a economia solidária como referencial nas políticas de públicas e contribuir para o desenvolvimento local e o que se pretende apresentar nesse trabalho de mestrado.

ABSTRACT

A sustainable development policy tool that governments are trying to adopt is the strengthening of the local economies, against the unemployment and the social exclusion. And the solidary economy is an example of local development induction, since it has been an extremely meaningful field regarding the generation of priority emancipation strategies on the constitution of cooperative groups, on the construction of solidary economic enterprises and the local development sustainability, implemented through formation policies, projects incubation processes and enterprise advisement, commercialization and development.

This way, the public policies managers have as mission to promote the construction of solidary economy, stimulating and fomenting the constitution, the strengthening and the articulation of cooperative groups and self management of business enterprises, trying to obtain alternatives against the unemployment and social exclusion, through economic, political and social organization of workers inserted in a local development process, solidary and sustainable.

More and more Town Halls are adopting the solidary economy programs as local development inductor. The research about the municipal government role as fomenter of local development and the case of solidary economy intend to approach two experiences that have being developed in two cities where Solidary Economy have been adopted, compare them and show how these experiences have contributed to the local development strengthening. These cities are Londrina (Paraná) and São José do Rio Preto (São Paulo).

Having the solidary economy as referential on public politics and contributing to the local development is the intention of this Master Degree paper.

SUMÁRIO

Sumário	9
Tabelas e Gráficos	11
1. Introdução	12
1.1 Justificativa	16
1.2 Pesquisa	16
1.2.1 Objetivos	17
1.2.2 Resultados esperados	17
1.3 Metodologia	17
2. Referencial Teórico	20
2.1 Desenvolvimento Local	21
2.2 Economia Solidária	24
2.3 Economia Solidária como Política Pública	28
2.4 Conceitos sobre economia solidária	31
3. Experiências de Políticas Públicas em Economia Solidária	38
3.1 São Paulo durante os anos de 2001 a 2004	38
3.1.1 Dados demográficos dos beneficiários	40
3.1.2 Resultados do Programa Oportunidade Solidária	42
3.2 Programa Osasco Solidária	47
3.2.1 Incluindo Ponto a Ponto	48
3.2.2 Etapa de Implementação	49
3.2.3 Incubadora Pública	53
3.2.4 A metodologia de incubação	56

3.2.5 Desafios e Perspectivas	57
3.3 Economia Solidária na França	58
4. Resultados da Pesquisa	62
4.1 São José do Rio Preto – São Paulo	62
4.1.1 O Programa de Fomento à Economia Solidária	64
4.1.2 Objetivos do Programa	65
4.1.3 Resultados	67
4.1.4 Arranjos Organizativos	70
4.1.4.1 Arranjos Organizativos implantados/realizados	70
4.1.5 Análise quantitativa	72
4.1.6 Avaliação	74
4.2 Londrina – Paraná	75
4.2.1 Programa Londrina Fome Zero	76
4.2.2 O Programa de Economia Solidária em Londrina	78
4.2.3 A Construção no Cotidiano	87
4.2.4 Avaliação do Projeto	88
5. Considerações	93
6. Referencias	99

TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Empreendimentos Solidários por Estados	26
Tabela 2 - Empreendimentos Solidários por formas de organização	26
Tabela 3 - Distribuição das famílias pobres e atendidas pelos programas sociais da SDTS, por região no Município de São Paulo	36
Tabela 4 - Distribuição dos beneficiários e ações dos programas sociais	37
Tabela 5 - Distribuição dos beneficiários dos programas sociais por escolaridade	38
Tabela 6 - Segmentos de atuação dos empreendimentos em São Paulo	39
Quadro 1 - Gestão do projeto Incluindo Ponto a Ponto	47

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 80, tem se tornado mais visível o contexto de transformações nos padrões de acumulação mundial, com reflexos significativos nas áreas política, econômica e social. Para Ricardo Antunes a década de 1980 presenciou nos países de capitalismo avançado profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. (ANTUNES, 1997, pág. 15). Para ele foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 1997, pág. 15).

A reestruturação do papel do Estado, não mais como produtor de muitas ações, mas como gestor e repassador de recursos, tem levado a privatização de serviços essenciais, à emergências de novos parceiros no atendimento de questões sociais, e a estratificação desse atendimento, segundo os imperativos da lógica de mercado; a flexibilização e desregulamentação de políticas sociais - com a retirada de direitos adquiridos pelos trabalhadores dos setores público e privado, são também parte do cenário da nova questão social no Brasil. (GOHN, 2005, pág. 11).

O discurso de combate à exclusão, que tem enfatizado o pleno emprego e os sistemas públicos de proteção social, carece de mudanças. Sem subestimar as políticas públicas, é preciso buscar saídas responsáveis à problemática do trabalho, expressa nas altas taxas de desemprego, na eliminação progressiva de postos de trabalho e também no reordenamento do papel do Estado frente à sociedade. Todo o processo de minimização do Estado e maximização do mercado leva a precarização das relações de trabalho e contribui para o crescimento do desemprego, que já se tornou um problema estrutural. Os novos paradigmas apontados para a flexibilização produtiva e as novas relações trabalhistas geram insegurança entre os trabalhadores, chegando a afetar todo o tecido social, que se torna ainda mais fragmentado.

Esta nova expressão da questão social, que se agrava a partir da insegurança dos trabalhadores, assalariados ou não, redundando na perda de qualidade nos padrões da sociedade salarial. Minimiza-se a ação do Estado de previdência, rompe-se o pacto social, gerando crises crônicas nas políticas sociais, num reordenamento que mantém reféns das políticas econômicas, sobretudo de estabilização monetária. Ao lado dessa questão, potencializa-se o chamado “emprego informal”, gerado pela dificuldade em conseguir emprego com carteira assinada e pelas mudanças tecnológicas e gerenciais que resultam na terceirização/subcontratação. Essa realidade aponta a necessidade dos governos adotarem políticas para que essas atividades “informais” alcancem sua sustentabilidade. As mudanças que vêm ocorrendo nas relações de trabalho só fazem agravar a exclusão social, que tem aumentado historicamente no Brasil. E com isso cresce também desigualdade social. Para se ter uma idéia o índice de Gini, que mede o grau de desigualdade de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, no Brasil, é de 0,606 (IBGE, 2000). A economia informal representa hoje cerca de 40% da economia brasileira, segundo dados do IBGE.

É fato inegável que a sociedade precisa se organizar para enfrentar esse grave problema. É imprescindível a articulação, tanto para a cobrança de medidas efetivas e coerentes do poder público, quanto para a promoção de ajuda mútua entre os próprios trabalhadores. A solidariedade é um princípio ético que vem aos poucos se tornando um princípio de organização econômica, em iniciativas de reação ao desemprego, espalhadas pelo país.

Essas iniciativas, variadas na forma e no tamanho compõem a chamada Economia Solidária. Essa nova forma de se fazer economia significa democratização na posse e no controle dos bens de produção e também na distribuição dos bens de consumo. O termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. A economia solidária começou a ressurgir, no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de

1990. (SINGER, 2000, pág. 25).

Um instrumento de política de desenvolvimento sustentável que os governos estão procurando adotar é o fortalecimento das economias locais, no combate ao desemprego e a exclusão social. E a economia solidária é um exemplo de indução de desenvolvimento local, pois tem se mostrado um campo extremamente significativo na geração de estratégias emancipatórias prioritárias na constituição de grupos cooperativos, na construção de empreendimentos econômicos solidários e na sustentabilidade do desenvolvimento local, implementado através de políticas de formação, processos de incubagem de projetos e assessoria aos empreendimentos, comercialização e desenvolvimento.

Nesse sentido, os gestores de políticas públicas têm como missão promover a construção da economia solidária, incentivando e fomentando a constituição, o fortalecimento e a articulação de grupos cooperativos e empreendimentos autogestionários, em busca de alternativas ao desemprego e à exclusão social, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores inseridos num processo de desenvolvimento local, solidário e sustentável.

A Economia Solidária vem recebendo apoio dos governos estaduais, municipais e federal, onde foi criado a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem como uma de suas missões 'acompanhar e prestar apoio aos programas estaduais e municipais de Economia Solidária, que têm se revelado instrumento valioso no combate à pobreza e à exclusão social' (Cartilha da SENAES, 2003)

A pesquisa sobre o papel do governo municipal como fomentador de desenvolvimento local e o caso da economia solidária pretende abordar duas experiências que vem sendo desenvolvidas em duas Cidades que possuem programas de Economia Solidária, compará-las e mostrar como essas experiências tem contribuído para o fortalecimento do desenvolvimento local. São as cidades de Londrina, no Estado Paraná e São José do Rio Preto, em São Paulo.

Cada vez mais Prefeituras estão adotando programas de economia solidária como indutor de desenvolvimento local. São diversas experiências

espalhadas pelo Brasil afora como se verá mais adiante nos quadros da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Para melhor compreensão sobre o tema, a dissertação apresentará duas experiências que tem a economia solidária como política pública, realizadas na cidade de São Paulo, nos anos de 2001 a 2005 e na cidade de Osasco nos dias atuais. Também abordará experiências de economia solidária na França.

Desde o início 2002 São José do Rio Preto, que possui 415 mil habitantes, vem realizando um programa de economia solidária no Município. Programa esse que tem como um dos objetivos construir uma rede entre todos os projetos sociais que tem como foco a economia solidária. Outro objetivo do programa é procurar fazer com que as pessoas envolvidas nos projetos, se emancipem, de fato. A sustentabilidade é a palavra-chave dos trabalhos desenvolvidos, construindo cidadania e fomentando geração de trabalho e renda. O projeto que pretende ser pesquisado leva o nome de Programa de Fomento à Economia Solidária, tem como estratégia alcançar três objetivos: criar a Rede Solidária, o Consumo Solidário e a Formação Cidadã. São José do Rio Preto trabalha com projetos oriundos de recursos dos Governos Federal e Estadual e também com recursos do próprio orçamento público.

A outra experiência a ser pesquisada e comparada é a da Cidade de Londrina, Estado do Paraná, uma cidade de 467 mil habitantes e tem o Programa de Economia Solidária que atende grupos de geração de trabalho e renda nas áreas de artesanato, alimentação, material de limpeza e reciclagem de lixo. O objetivo do programa é apoiar a formação de novas iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda, criando oportunidades de trabalho familiar e coletivo com vistas à autonomia do público atendido pelos programas sociais da Prefeitura.

O Programa de Economia Solidária de Londrina é integrado e articulado com diversas secretarias, companhias e autarquias do Município, incentivando o empreendedorismo dos participantes dos grupos de geração de trabalho e renda atendidos pelo Município.

1.1 Justificativa

A justificativa da pesquisa é mostrar de que forma o poder público municipal pode consolidar o desenvolvimento local através dos programas de economia solidária existentes em seus projetos de governo, inserindo o debate da temática economia solidária dentro dos conceitos de desenvolvimento local.

A Economia Solidária é uma realidade no Brasil e no mundo. Ela surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. (SINGER, 2003).

Experiências coletivas de trabalho e produção vêm disseminando-se em todo o mundo, nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresas de autogestão. (BERTUCCI e SILVA. 2003 pág. 66).

A Solidariedade é definida, neste momento, como laço social voluntário que une cidadãos livres e iguais no direito. Em torno desse ideário, muitos grupos vão se organizar, sobretudo por profissões, e as formas assumidas serão as associações, cooperativas ou organizações mutualistas. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, pág. 24)

E o Estado contribui para o aumento de experiências de economia solidária bem como para as organizações dos atores envolvidos em empreendimentos solidários, através de políticas públicas que geram cada vez mais um número de pessoas que estavam à margem da sociedade para se tornarem incluídas no processo de produção da sociedade em geral.

1.2 Pesquisa

Para Paulo Freire, grande pesquisador e professor, não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Para ele esses quefazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar,

constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 2003, pág. 29).

O objetivo geral deste trabalho é mostrar o papel do Governo Municipal como consolidador dos atores sociais e fomentador do desenvolvimento local com as experiências de economia solidária, inserindo o debate da economia solidária dentro dos conceitos de desenvolvimento local.

1.2.1 Os objetivos específicos são:

a) apresentar duas experiências que têm a economia solidária como política pública;

b) analisar as relações entre as duas experiências;

c) mostrar o Governo Municipal enquanto fomentador de desenvolvimento local e

d) apresentar a economia solidária, na teoria e prática, como uma ferramenta de ação do poder público para o desenvolvimento local.

1.2.2 Os resultados esperados com essa pesquisa são:

a) verificar a importância do papel desempenhado pelo Governo Municipal enquanto fomentador de desenvolvimento local;

b) mostrar que a economia solidária como política de geração de ocupação e renda pode ser um importante instrumento para a emancipação dos trabalhadores;

c) a importância da economia solidária no processo de desenvolvimento local.

d) Abrir espaço conceitual entre desenvolvimento local e economia solidária.

1.3 Metodologia

A elaboração de uma tese de pós-graduação constituiu-se não só num

processo educativo como também num processo científico de reconstrução do conhecimento, sendo por isso muito importante à explicitação da metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho (DEMO, 2000).

Fazer ciência não é dizer se determinadas teorias são verdadeiras ou não, mas sim consiste na disposição de formular e publicar hipóteses para serem submetidas a críticas por parte de outros cientistas e testadas experimentalmente, na exigência de que a experiência seja controlada e de que outros cientistas possam repetir os testes, se isso for necessário, afirma DEMO (2000).

De acordo com SALOMON (1991) a atividade científica deve se concentrar na investigação de problemas que tenham relevância operativa (solução que gere novos conhecimentos), contemporânea (tema atual) e humana (utilidade para a humanidade). São por ele identificadas três formas de pesquisa científica:

- Pesquisa exploratória ou descritiva: tem como finalidade definir melhor o problema, fornecendo insights sobre o assunto, descrevendo comportamentos ou classificando fatos variáveis;
- Pesquisa aplicada: tem como objetivo a aplicação de leis, teorias e modelos na descoberta de soluções ou no diagnóstico de realidades; e
- Pesquisa pura ou teórica: extrapola a definição e descrição de problemas, tendo como objetivo principal à interpretação, explicitação e predição tendo como base teorias, leis ou modelos.

Levando-se em conta a classificação acima apresentada, a presente pesquisa terá um caráter exploratório já que, ao longo de seu desenvolvimento, pretende não só definir melhor os temas economia solidária e as questões conceituais dentro do tema desenvolvimento local e apresentar o governo local como articulador político, como também conhecer suas limitações e fornecer indicações de que como este papel pode ser mais bem desempenhado dentro do contexto do Município.

Além do caráter exploratório da pesquisa, ela é também analítica, pois se pretende analisar duas experiências de economia solidária e apontar questões que podem levar a uma conclusão sobre o desempenho dos projetos, se são

exitosos ou não, de acordo com o que está sendo apresentado no referencial teórico.

Com o intuito de melhor compreender o tema a pesquisa apresentará mais duas experiências que tem a economia solidária como política pública, apresentando as cidades de São Paulo e Osasco. Também abordará experiências de economia solidária na França.

Como a metodologia tem caráter exploratório, a pesquisa pretende apresentar e referendar a importância da economia solidária nos conceitos de desenvolvimento local, fazendo um diálogo com os escritores e mostrando, conceitualmente e na prática, a inserção do tema na temática do desenvolvimento local.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentadas algumas concepções sobre o tema desenvolvimento local e suas diversas maneiras de pensar, juntando a questão endógena e histórica com novas concepções tratadas especificamente na temática da economia solidária.

Os conceitos de desenvolvimento local apresentados procurarão inserir diferentes dimensões, alavancado por políticas públicas criadas pelos municípios. Em se tratando de economia solidária verificaremos praticamente a inexistência dessa temática junto aos conceitos de desenvolvimento local. O trabalho apresentado nessa dissertação tem a intenção de fazer essa provocação mostrando que a economia solidária tem, sim, muito haver com desenvolvimento local.

O termo desenvolvimento local possui diversas interpretações. Em sua origem significa “descoberta, revelação” ou até mesmo explicar uma mudança que ocorre de modo seqüencial, apresentando seu início, meio e fim. O desenvolvimento local poder ser entendido como um processo de transformação social, modificando os quadros sociais e políticos para, no caso da economia solidária, ser sustentável.

Não se trata apenas de crescimento econômico, de fazer crescer o bolo para depois repartir, como se dizia na época do milagre econômico brasileiro, mas de crescer e se desenvolver sustentavelmente ao mesmo tempo.

2.1 Desenvolvimento Local

O Desenvolvimento Local é um tema controverso sobre o qual não há consenso entre especialistas, nem no Brasil nem no debate internacional (PÒLIS, 2004, p. 5). A controvérsia não é apenas conceitual, e também existem nos planos metodológicos e políticos.

Para alguns atores desenvolvimento local é apenas expressão espacial de um novo arranjo pós-fordista. Para outros, as experiências de desenvolvimento local têm dinâmicas próprias e são mais um reflexo de reorganização internacional do capital. Para outros, ainda, seria um espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas. (PÒLIS, 2004, pág. 05).

É importante destacar que desenvolvimento local é uma abordagem que reúne uma grande diversidade ideológica e teórica (BENKO, 2001), e não um modelo articulado baseado em um quadro teórico rigorosamente definido (GREFFE, 1988).

Para Francisco de Oliveira (2002, pág. 13), desenvolvimento local não será um elo numa cadeia de desenvolvimento total. Para ele, são práticas locais que não afetam necessariamente, um processo de desenvolvimento como um todo. Ele também coloca que desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar de governo local.

O desenvolvimento local poderia criar um lócus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos (OLIVEIRA, 2002, pág. 13).

Para essa afirmação o autor cita como exemplo bem sucedido de desenvolvimento local foi na Itália no período posterior a 2ª Guerra Mundial, até mais ou menos a metade da década de 80. No Brasil um bom exemplo é a experiência de Orçamento Participativo realizado em diversas Cidades e alguns Estados. Para ele o desenvolvimento local não necessariamente entraria em

contradição, em tensão, com a globalização, podendo, ser, ao contrário, um de seus concêntricos. (OLIVEIRA, 2002, pág.17).

O desenvolvimento local tende a substituir a cidadania, tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses, de apaziguamento do conflito. O desenvolvimento local, em muitas versões, é o novo nome do público não estatal, essa confusão semântica proposital bresseriana. (OLIVEIRA, 2002, pág.20).

No que se refere a política pública de desenvolvimento local onde a economia solidária se insere, JESUS (2003) coloca que desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.

Segundo Coelho (1999 apud SILVEIRA, 2001), o desenvolvimento local emerge como uma estratégia territorial centrada em setores econômicos de ponta e em locais capazes de uma integração competitiva nos mercados globais, nas quais cooperação e competitividade transformam-se em aspectos fundamentais para justificar as ações dos clusters e condomínios industriais, contrapondo-se a visões de crescimento econômico mais tradicionais. Ele pode ser definido como aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma zona determinada, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida de uma comunidade local (DEL CASTILLO, 1996 apud ALBUQUERQUE, 1998).

Apesar de o desenvolvimento local ser preponderantemente vinculado à dimensão econômica, deve-se frisar que falar de desenvolvimento local significa

adotar uma perspectiva abrangente do progresso de uma região, as quais destaquem não só aspectos econômicos, como também sociais, culturais, éticos e de desenvolvimento comunitário (MARTINELLI; JOYAL, 2003).

Edgar Morin (1993, pág. 127), diz que o desenvolvimento supõe o florescimento das autonomias individuais ao mesmo tempo em que o aumento das participações comunitárias, desde as participações próximas até as participações planetárias. E completa: mais liberdade e mais comunidade; mais ego e menos egoísmo.

Para Sachs (2004, pág. 13), os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

Sachs afirma que igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com conseqüências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor. (SACHS, 2004, pág. 14).

Como se apresenta no diálogo com os escritores, a economia solidária está inserida na temática do desenvolvimento local quando se apresenta como uma “iniciativa na gestão do bem comum”; quando se coloca que um “processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidade de trabalho e renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local”.

E para afirmar essa inserção uma outra afirmação é de que “o desenvolvimento local emerge como uma estratégia centrada em setores econômicos de ponta e em locais capazes de uma integração competitiva nos mercados globais”.

Como veremos no próximo item, a economia solidária, em que pese a pouca literatura sobre assunto, tem sua contribuição no processo de desenvolvimento local através de conceitos de economia local, economia social, trabalho renda, emancipação, fortalecimento do poder local e solidariedade, todos

temas que compõem o tema.

2.2 Economia Solidária

A economia solidária representa o conjunto das atividades de produção, distribuição, consumo e financiamento contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania tanto a nível local quanto global. É praticada em modalidades variadas e engloba várias formas de organização que são adotadas pela população com a finalidade de criar os próprios recursos de trabalho ou para ter acesso a bens e serviços (inclusive financiamentos) de qualidade, numa dinâmica de reciprocidade e solidariedade que articule os interesses individuais com o interesse coletivo. Assim, estão incluídos: finanças solidárias, comércio eqüitativo, serviços de proximidade, agricultura sustentável, gestão urbana pelos habitantes, restaurantes interculturais, sistemas locais de trocas, moedas sociais, restaurantes populares, cooperativas de produtos biológicos etc. (GROSSO e GOMES, 2003)

Quando falamos de economia logo nos vem a idéia de concorrência, do individualismo, do mercado, do lucro. Esta visão, no entanto, está considerando apenas um aspecto da economia, baseada na acumulação de capital e na apropriação privada dos meios de produção. Porém, outras formas de organização econômica não só existiram na história como também estão tomando força nas últimas décadas. São as organizações populares que têm como exemplo de produção a economia solidária. Seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada dos meios de produção. Ela é uma alternativa tanto para aqueles que estão desempregados e socioeconomicamente excluídos por conta das crises mundiais do trabalho quanto para aqueles que aspiram um modo de produzir e de viver que se baseie na igualdade política e na democracia local.

É uma afirmação de política pública. E por isso é fundamental a participação do governo local no processo de desenvolvimento de políticas que procuram diminuir o fosso que separa os incluídos e os excluídos da sociedade. Não se trata de uma proposta anti-Estado. Requer-se que a economia pública esteja permeada dos valores da economia moral, trocando de signo os seus processos de reforma, fortalecendo-se, enquanto se democratiza junto com os sistemas de representação política e social, ficando à disposição da maioria que pretende representar. (CORAGGIO, 2003, pág. 18).

A execução e formulação de políticas públicas implicam pactos entre os setores da sociedade que estejam abertos a reais transformações; que aceitem negociar e, portanto sacrificar algum interesse particular; e que se comprometem a se engajam nas políticas pactuadas. (LEROY, 2003).

A economia solidária também não se trata de uma proposta antimercado, porque a escala das trocas e dos intercâmbios requeridos para torná-la sustentável pode ser alcançada apenas mediante mercados regulados e liberados do monopólio. E continua sua reflexão dizendo que 'também não se trata de buscar refúgio em comunidades isoladas, autárquicas, mas da busca de vincular respeitosa e dinamicamente a força das iniciativas locais, com o amplo espaço de solidariedade global ao qual, hoje, é possível aceder com as novas técnicas, se elas forem adequadamente controladas pelas sociedades' (CORAGGIO, 2003, pág. 18).

No aspecto histórico envolvendo os meios de produção, SINGER (2000) nos fala que o capitalismo é o modo de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se torna mercadorias, apropriadas privadamente. Os meios de produção e distribuição tornam-se capital à medida que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto a maioria de limita à posse de sua capacidade individual de trabalho.

A economia solidária é um contraponto ao sistema capitalista quando apresenta a idéia de que os meios de produção sejam compartilhados entre todos aqueles que estão produzindo. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção de simples

mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo).

A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que a utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado. (SINGER, 2003).

A economia solidária é um processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução. Para compreender a lógica da economia solidária é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. O que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção.

Para Coraggio, estamos diante de um desafio histórico: ser parte da construção de outra economia centrada no trabalho, logo após ter experimentado o fracasso da economia construída pelo capital, voltar a assumir a responsabilidade social e política pelo futuro da humanidade da mesma base socioeconômica, revertendo às relações de poder político e de apropriação dos bens e recursos do planeta. (CORAGGIO, 2003, pág. 26).

Seria um erro supor que a economia solidária é a única opção de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas das classes trabalhadoras. Não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas eminentemente solidárias. O que se observa é que há muita solidariedade entre os mais pobres e que a ajuda mútua é essencial à sua sobrevivência. Mas essa solidariedade se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa pobre se identifica. A mesma pessoa que se mostra solidária com parentes e vizinhos disputa com unhas e

dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras, que lhe são “estranhas”. E muitos deles aceitam e internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo. (SINGER, 2003).

A cooperativa de produção será um marco divisor de consciência política do trabalhador. Ela só irá para frente se realmente as pessoas envolvidas na construção dela tiverem um nível de consciência sobre solidariedade, união, comunidade, desenvolvimento local e saber sobre economia solidária. Por isso que o processo de educação tem que ser permanente.

No que diz respeito ao processo educativo que os atores necessariamente têm que ter quando envolvidos na proposta de economia solidária, Paulo Freire nos fala do inacabamento do ser humano. Para ele, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. (FREIRE, 2003, pág. 50). Portanto, o processo de economia solidária não é acabado em si; é necessário sempre estar refletindo, estudando e se aprimorando.

A Economia Solidária trabalha com o sentimento de grupo, de time, de coletivo. Seguindo esse princípio, Amartya Sen nos mostra alguns aspectos do comportamento econômico e sentimentos morais:

“Vale a pena comentar – correndo o risco de apontar o óbvio - que negar que as pessoas sempre se comportam de modo exclusivamente auto-interessado não equivale a afirmar que elas sempre agem com altruísmo” (SEN, 1987; pág. 35).

“A verdadeira questão é se existe ou não uma pluralidade de motivações ou se unicamente o auto-interesse rege os seres humanos” (SEN, 1987; pág. 35).

“A mistura de comportamento egoísta e de altruísta é uma das características importante da lealdade ao grupo, essa mistura pode ser observada em uma grande variedade de associações de grupos, de relações de parentesco e comunidades aos sindicatos e grupos de pressão econômica” (SEN, 1987, pág.36)

Outro conceito importante que a economia solidária apresenta para a reflexão e ação é sobre a sustentabilidade. Hoje existe um quase consenso em torno da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento dotado de

sustentabilidade. (BERTUCCI, SILVA, 2003, pág.76). Para eles ocorreram avanços na recuperação de uma visão holística sobre a relação entre o meio ambiente natural e seus habitantes, superando a visão antropocêntrica que justifica a exploração ilimitada e a depredação do meio ambiente e progride a partir de postulados de sustentabilidade. (2003 pág. 76).

Fazer economia solidária requer não só estudo, capacitação, formação em diversas formas de cooperação, associação de produção, empresas autogestionárias e cooperativas, mas também mudança de comportamento, com a própria pessoa, com seus parceiros e com o mundo.

2.3 Economia Solidária como Política Pública

Existem várias experiências de economia solidária espalhadas pelo Brasil. São políticas que foram construídas ao longo da década de 90 e agora no início do século XXI. Um dos fatores que incentivaram o surgimento de projetos de geração de trabalho e renda, realizados pelas administrações públicas municipais, foi o crescente aumento de desemprego na década de 90.

A avaliação que se passa a fazer do desemprego é que mesmo que as taxas de crescimento da economia voltassem a crescer, ela não daria conta de absorver o grande contingente de trabalhadores desempregados gerados nas duas décadas passadas anteriores. No máximo ela poderia dar conta da massa de novos desempregados que anualmente são lançados no mercado de trabalho. (IPEA, 2005, pág. 14).

Portanto, passava a ser necessária ação que visassem não mais empregos formais, mas a obtenção de trabalho e renda por este grande contingente de excluídos socialmente criados, de um lado, pelas características do processo de desemprego e, de outro pelo próprio processo de exclusão social de características estruturais da sociedade brasileira, que remetem a um processo histórico de exclusão social e o passado de quatro séculos de escravidão no Brasil. (IPEA, 2005, pág. 14).

Em se tratando de construção de política pública de economia solidária, o atual governo federal teve a iniciativa de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES, fazendo parte das estratégias do Ministério do Trabalho e Emprego. Sua finalidade é apoiar as iniciativas de economia solidária, aportando recursos tanto para as iniciativas da sociedade como para os poderes públicos estaduais e municipais. Ela procura promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário, implementando um conjunto de ações de apoio e fomento a empreendimentos e redes econômicas solidárias, em parceria com diversos órgãos do governo federal.

Criada no primeiro mandato do Governo Lula a SENAES aporta recursos para o fortalecimento da geração de trabalho e renda em diversas localidades do país. Segundo pesquisa da própria Secretaria existem atualmente no Brasil 18.878 empreendimentos de economia solidária onde o poder público atua como fomentador de políticas públicas, colaborando para a sustentabilidade dos projetos.

Os empreendimentos de economia solidária estão assim divididos, por unidades da federação, conforme tabelas abaixo:

Tabela I – Empreendimentos Solidários por Estados

Estado/Quantidade	Estado/Quantidade	Estado/Quantidade	Estado/Quantidade
AC 483	ES 354	PB 655	RR 73
AL 256	GO 669	PE 1373	RS 2083
AM 383	MA 723	PI 1415	SC 589
AP 103	MG 623	PR 657	SE 432
BA 1289	MS 340	RJ 792	SP 807
CE 1817	MT 723	RN 800	TO 477
DF 348	PA 361	RO 293	Total 18.878

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária – TEM - 2007

Tabela II – Empreendimentos Solidários por formas de organização

UF	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Empresa Autogestionária	Rede / Central	Outra
AC	87	392	41	0	3	13
AL	13	173	44	1	2	14
AM	7	21	5	0	1	2
AP	16	40	9	0	4	0
BA	84	273	145	1	6	4
CE	271	1.407	76	6	2	6
DF	50	42	8	0	0	16
ES	18	199	83	0	8	0
GO	49	463	77	2	4	5
MA	32	71	12	0	1	2
MG	38	23	20	0	1	0
MS	58	41	0	0	0	0
MT	6	35	9	0	0	2
PA	18	63	24	4	0	11
PB	79	439	61	2	7	10
PE	100	172	71	5	1	11
PI	403	535	22	3	5	9
PR	49	240	76	1	3	23
RJ	58	44	18	2	2	12
RN	16	346	10	0	4	5
RO	1	24	6	0	0	0
RR	12	46	4	0	1	0
RS	753	488	425	52	1	73
SC	81	133	121	3	0	9
SE	176	170	20	0	1	14
SP	178	113	266	1	5	7
TO	38	484	51	0	1	3
Total	2.691	6.477	1.704	83	63	251

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária – TEM - 2005

Olhando as tabelas acima, pode-se afirmar que as políticas públicas de economia solidária estão cada vez mais sendo incrementadas no Brasil. Observando o aspecto analítico da pesquisa pode-se perceber que as regiões nordeste e sul são onde se concentra maior número de empreendimentos de economia solidária. Pode-se fazer a seguinte análise: a região sul, historicamente, é o lugar onde se existe uma organização da sociedade muito forte. Um exemplo de movimento popular organizado e que surgiu, com maior intensidade, no Rio Grande do Sul, foi o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. E uma das maneiras de organização desse movimento são as cooperativas de reforma agrária.

Já na Região Nordeste, além da organização da sociedade, tem o aspecto da informalidade de sua economia e também da baixa qualidade de vida de sua população que acaba se submetendo a trabalhos não só informais como subnormais. Apesar dessa aparente fragilidade, a região nordeste apresenta um número considerável de organizações de economia solidária, representando 43% do total dos empreendimentos no Brasil.

O desafio SENAES é garantir o fortalecimento da economia solidária como política pública. Uma das ações que tem sortido efeito é a construção de Centros Públicos de Economia Solidária nos Municípios que fizerem solicitação e que os projetos sejam aceitos.

Nos dois Municípios pesquisados existem Centros Públicos que foram financiados pela SENAES. O de São José do Rio Preto foi inaugurado em agosto de 2007 e o de Londrina foi inaugurado no de 2006. O Município de Osasco outra experiência pesquisada na dissertação teve seu Centro Público inaugurado em setembro de 2007.

Esses Centros Públicos são espaços de construção de empreendimentos econômicos solidários, de cultura, de articulação com a sociedade civil e de capacitação e qualificação profissional. São recursos do Governo Federal levados diretamente aos Municípios para o fomento de economia solidária e do desenvolvimento local sustentado.

2.4 Conceitos sobre Economia Solidária

No processo de desenvolvimento da economia solidária se encontram os mais diversos termos, nomenclaturas e conceitos teóricos para definir o papel da economia solidária nos mais diversos contextos. Como Cattani escreve, a outra economia é plural (CATTANI, 2003, pág. 14). Os conceitos apresentados têm algo em comum: cooperação, solidariedade, compromisso com a vida, com a natureza, com o pacifismo e justiça social são o ponto de união entre todos os autores.

Associativismo: em sentido lato, entende-se o processo pelo qual uma ou mais pessoas e ou grupos decidem reunir-se de forma regular, mas não

necessariamente contínua, para dar conta de demandas comuns. Trata-se de um processo fundado na pluralidade que não tem pretensão de verdade, mas busca um consenso sobre as divergências, de forma que os resultados das decisões se pautem por princípios éticos.

Nesse sentido, o associativismo se apresenta como um conjunto de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que propõe a autonomia do “nós”, qualificando a cooperação entre as pessoas, porque baseia estas práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e respeito mútuo. (ALBUQUERQUE, 2003, pág. 15).

Ainda seguindo o autor, o associativismo é uma perspectiva democrática, a qualidade e o caráter associativo que se evidenciam ao redor de certas operações realizadas entre pessoas e/ou grupos explicitam um modo de exercitar a cidadania, independente dos resultados ou da maneira como os elementos estão agrupados ou associados, constituindo-se, assim, prática democrática.

O associativismo afirma um modo do agir coletivo, segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta e derivam do significado dado às intenções ou idéias que fundamentam o grupo; e sinaliza um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas, a partir de um projeto, que busca superar dificuldades em função de um interesse comum que, na maior parte das vezes, revela-se sem fins lucrativos. (ALBUQUERQUE, 2003, pág. 15).

A essência dessa sociedade civil está fundada na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo, que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social.

As formas mais frequentes de associativismo são:

Associações Filantrópicas: congregam voluntários que prestam assistência social a crianças, idosos e outras pessoas carentes;

Associações de Moradores: organizações de pessoas comuns no espaço urbano, com vistas à obtenção de melhores condições do local geográfico.

Associações em Defesa da Vida: participam pessoal que se unem pelas mesmas condições de marginalização e pela garantia de direitos sociais mínimos:

Associações Culturais, Desportivas e Sociais: caracteriza-se pela união temporal, ou não, *ligadas às atividades indentitárias, sejam literárias, artísticas, desportivas, étnicas etc.*

Associações de Classe: desse agrupamento se destacam os conselhos profissionais, as federações que representam, diante do Estado, os interesses de suas categorias empresariais ou de trabalhadores cujo objetivo é uma maior participação nos resultados gerados pelo trabalho coletivo.

Associações de Trabalho: incluem as associações de trabalhadores ou pequenos proprietários organizados para a realização de atividades produtivas; a prestação de serviços ou de trabalho de produção e comercialização de mercadorias.

O associativismo, segundo Albuquerque, projeta um modelo de regulação alternativo na medida em que se fundamenta no exercício da cidadania, buscando propor modos plurais de atuação e instaurar um movimento de interação dos espaços econômicos, sócio-político e cultural numa perspectiva mais ampla. Nesta medida se oferece como um agir coletivo diferenciado, que pode ser interessante para a “outra economia”.(2003 pág. 20).

Autogestão: *é o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo de estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. (ALBUQUERQUE, 2003, pág. 20).*

O caráter multidimensional do conceito de autogestão (social, econômico, político e técnico) nos remete a pensá-lo muito mais que uma simples modalidade de gestão.

A referência a uma forma de organização da ação coletiva nesta perspectiva, no entanto, não se dá de forma linear, pois a apropriação de espaços coletivos se dá de múltiplas formas e a referência à organização da ação coletiva precisa ser qualificada.

A primeira dimensão diz respeito ao caráter social, pois enquanto construção social a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem; a segunda remete ao econômico, são processos de relações sociais de produção, que se definem sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital; a terceira é política, se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização; a quarta dimensão é técnica, insinua a possibilidade de uma outra forma de organização e de divisão de trabalho. (ALBUQUERQUE, 2004, pág. 2)

Cadeias Produtivas Solidárias: as cadeias produtivas compõem todas as etapas realizadas para elaborar, distribuir e comercializar um bem ou serviço até o consumo final. Algumas concepções também integram o financiamento, desenvolvimento e publicidade do produto, considerando que tais custos compõem o custo final e lhe incorporam valor a ser recuperado graças a venda do produto. Em outras palavras, uma cadeia produtiva pode ser mapeada, levando-se os itens que foram consumidos ou realizados para a produção de um bem ou serviço. (MANCE, 2004, pág. 26)

Os sistemas de rede na economia solidária nem sempre dão maior importância à análise e recomposição das cadeias produtivas. Práticas de fair trade, em geral, não exigem a certificação dos fornecedores de insumo, mas apenas que o empreendimento produtivo, que gera o bem a ser consumido, respeite os critérios éticos e ambientais requeridos. Redes de troca, igualmente, centrando a atenção no momento do intercâmbio, não estabelecem uma estratégia global de interferência sobre as cadeias produtivas. (MANCE, 2004)

Comércio Justo: o comércio justo surge não apenas como uma alternativa de cooperação comercial para os produtores excluídos dos países do Sul, mas também como um conjunto de práticas que se inscrevem em uma concepção dos

intercâmbios, que rompe com o paradigma econômico e a visão de desenvolvimento imperantes. Nesse sentido possui um poder transformador que possibilita estabelecer outros tipos de relações ente produtores e consumidores , baseados na equidade, na cooperação, na confiança e no interesse compartilhado. Em outras palavras, surge como uma experiência de solidariedade na economia cujos conteúdos ou eixos centrais são:

- a) O desenvolvimento de novas formas de intercâmbio econômico, baseadas na solidariedade, que buscam o desenvolvimento sustentável e justo dos territórios e seus habitantes;
- b) A cooperação é a base e a condição dos intercâmbios, e isso implica desenvolvimento da confiança, transparência na informação, relações justas e duradouras;
- c) A sustentabilidade dos intercâmbios supõe também a incorporação dos custos sociais e ambientais, que são assumidos conscientemente pelos produtores e consumidores;
- d) O comércio justo busca criar critérios e normas que permitam o desenvolvimento de maior equidade nas transações comerciais ente países do Norte e os do Sul, modificando a tradicional divisão internacional do trabalho;
- e) O estabelecimento de uma relação mais direta e solidária ente os produtores e os consumidores, não apenas como mecanismo de barateamento de preço dos produtos, mas também como um processo de socialização na busca de construir um mundo responsável e sustentável;
- f) A busca de uma maior humanização do processo comercial, e é por isso que se situa em uma visão da economia que se centra na pessoa humana e não se limita ao intercâmbio mercantil e monetário. (FRETTELLI; ROCA, 2004, PÁG. 37).

Consumo Solidário: significa consumir bens ou serviços que atendam às necessidades e desejos do consumidor, visando: a) realizar o seu livre bem viver

pessoal; b) promover o bem viver dos trabalhadores que elaboram, distribuem e comercializam aquele produto ou serviço; c) manter o equilíbrio dos ecossistemas; d) contribuir para a construção de sociedades justas e solidárias.

O Consumo Solidário é aquele praticado em função não apenas do próprio bem viver pessoal, mas também do bem viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produziram aquele bem ou serviço e da manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. Trata-se pois do consumo em que se dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária em vez de consumir produtos de empresas que exploram os trabalhadores e degradam os ecossistemas.

Cooperativismo e Cooperativa: as cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseia-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia. Os valores definem as motivações mais profundas do agir cooperativo, sendo a instância inspiradora dos princípios do movimento cooperativo mundial.

O cooperativismo orienta-se nas suas atividades, de caráter social e econômico, em um conjunto de valores, de princípios e normas, que devem balizar a sua atuação na economia e na sociedade.

Tais valores devem complementar-se, na concepção dos pioneiros de Rochdale, com um conjunto de virtudes, que segundo os próprios associados de cooperativas, correspondem às seguintes atitudes: viver melhor, pagar a dinheiro, poupar sem sofrimento, suprimir os parasitas, combater o alcoolismo, integrar as mulheres nas questões sociais, educar economicamente o povo, facilitar a todos o acesso à propriedade, reconstruir uma propriedade coletiva, estabelecer o justo preço, eliminar, abolir os conflitos. (SCHIMIDT e PERIUS, 2004, pág. 63).

Esses conceitos apresentados nesse capítulo servem para mostrar o quão importante é a temática da economia solidária no tema do desenvolvimento local. A sustentabilidade é o diferencial no que diz respeito a uma política de geração de trabalho e renda. E a economia solidária é uma referência de sustentabilidade para essas políticas.

Constituir alternativas solidárias, como as apresentadas nesse capítulo, é necessário mudar a escala de valores; mudando comportamentos e práticas egoístas para as solidárias. O individual para o grupo. É a inteligência coletiva.

Se os conceitos de desenvolvimento local não abrem muitos espaços para economia solidária; os assuntos que foram abordados nesse capítulo procuram mostrar que é necessário rever ou refazer tais conceitos. Apesar de algumas fragilidades apresentadas nas políticas de geração de trabalho e renda, a economia solidária, como conceito de sustentabilidade de tais políticas, procura fortalecê-las com o objetivo de induzir ao desenvolvimento local sustentado.

Na teoria é necessário então desmistificar esse “mito” de que a economia solidária contribui pouco para o desenvolvimento local. Na prática, os próximos capítulos poderão dar as respostas.

3. EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Para colaborar no entendimento da economia solidária, apresentam-se nesse capítulo duas experiências nacionais e uma análise da economia solidária na França. São formas de como trabalhar o tema, tanto como poder público, como na sociedade civil organizada. As duas experiências, de São Paulo e Osasco, corroboram para melhor entendimento das experiências pesquisadas, pois elas afirmam a importância do poder público no aporte de recursos para financiar projetos de geração de trabalho e renda tendo a economia solidária como conceito.

3.1 O Programa Oportunidade Solidária de São Paulo

O território da cidade, como uma colcha de retalhos com formas circulares, tece, em suas diferentes cores, condições desiguais de renda, educação, violência, desemprego e analfabetismo. Quanto mais se afasta do centro-sul, mais sofrida se torna a realidade e a periferia aparece, então, como a região por excelência das carências sociais. (POCHMANN, 2003, pág.14).

O Programa Oportunidade Solidária, da Prefeitura de São Paulo, foi criado em agosto de 2001 e tem como gestor a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. Afirma-se como uma via alternativa de geração de trabalho e renda por intermédio de novos empreendimentos coletivos e individuais. (SCHWENGBER, 2003, pág. 137).

Ele tem interface, na sua implantação, com o Projeto de Desenvolvimento Solidário: geração de ocupação e renda no Município de São Paulo, um convênio de cooperação técnica internacional entre a Prefeitura de São Paulo e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, intermediada pelo Ministério das Relações Exteriores.

Entre os desafios do Programa Oportunidade Solidária, compartilhado com outros atores do cenário da economia solidária, estão: contribuir para a construção de uma regulação e de uma política pública adequada ao desenvolvimento da economia popular e solidária; avançar na construção progressiva de relações de parceria efetiva entre o poder público, sociedade civil e os beneficiários; aprofundando a gestão compartilhada; construir conhecimentos e tecnologias cada vez mais apropriados para realizar a estratégia de inclusão via desenvolvimento da economia solidária; construir estratégias de identificação e fomento de negócios viáveis e sustentáveis num contexto de crise e subalternidade; contribuir na definição de linhas de financiamentos apropriadas, entre outros.

É interessante notar que o programa Oportunidade Solidária tem as características apontadas no referencial teórico dessa dissertação, pois ele é articulado com os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Local, e têm constituído uma estratégia articulada de implantação visando maior sinergia e potencialização dos recursos disponíveis.

Outro aspecto desse programa é a gestão compartilhada como é realizado. A gestão compartilhada, para fazer sentido, requer uma atitude de parceria e coresponsabilidade tanto das equipes de governo como das instituições convidadas a fazer parte do processo. (SCHWENGBER, 2003, pág. 156).

Para Ângela Schwengber (2003, pág.159) as estratégias de economia popular solidária, para serem eficazes como política de inclusão social, requerem mais do que recursos para a capacitação e organização. São necessários também: reconhecimento do estatuto jurídico e criação de mecanismos e instrumentos de gestão pública que possam permitir o acesso ao crédito/financiamento, infra-estrutura, tecnologia, mercado, entre outros aspectos.

3.1.1 Dados demográficos dos beneficiários dos programas sociais

De forma geral, consideram-se as metrópoles importantes pólos culturais, econômicos e políticos; no entanto, também são grandes geradoras de exclusão social. A cidade de São Paulo, centralizadora de riqueza e decisões, não se diferencia das demais metrópoles brasileiras e possui um número significativo de famílias pobres em condições precárias de sobrevivência. (POCHMANN, 2004, pág. 33).

Os programas sociais da Prefeitura de São Paulo atingiram 492 mil beneficiários, de janeiro de 2001 a setembro de 2004, e 1,1 milhão de ações de inclusão social, representando 2 milhões de pessoas beneficiadas, direta e indiretamente. Foram investidos 708 milhões de reais apenas no pagamento de benefícios monetários e 17 milhões de reais em microcréditos. Juntando a isso os programas federais e estaduais, pode se dizer que foram gastos aproximadamente 1 bilhão de reais em programas sociais. Os programas sociais atenderam 83,6% das famílias consideradas pobres no Município. (POCHMANN, 2004, pág. 34)

Tabela 3 - Distribuição das famílias pobres e atendidas pelos programas sociais da SDTS, por região no Município de São Paulo

Região	N.º de famílias nos programas sociais	N.ºde famílias pobres	% de famílias pobres nos programas
Centro	6.857	14.979	45,8
Leste	207.845	234.703	88,6
Norte	100.495	116.291	86,4
Oeste	24.649	31.224	78,9

Sul	152.366	191.860	79,4
Total	492.212	589.057	83,6

Fonte: STDS/PMSP e IBGE. Censo Demográfico 2000.

Tabela 4 - Distribuição dos beneficiários e ações dos programas sociais

Programas	N.º dos beneficiários
Programas para famílias pobres com dependentes de 0 a 5 anos	323.792
Programa Bolsa Trabalho	63.471
Programa Começar de Novo	58.925
Operação Trabalho	20.553
Oportunidade Solidária	19.209
São Paulo Confia	25.471
Capacitação Ocupacional	116.636
São Paulo Inclui	5.740
Total de ações sem dupla ou mais contagem de beneficiários	492.212
Total de ações de inclusão social	1.124.198

Fonte: SDTS/PMSP: Cadastro dos programas sociais - 2000

É importante chamar a atenção para esse quadro sobre o Programa Desenvolvimento Local, por ser um programa destinado à articulação através de fóruns objetivando o desenvolvimento local nos diversos setores da sociedade, não possuem uma quantificação como os demais programas.

Desse total de beneficiários a maior parte é formada de mulheres, que representam 74,2%. Segundo Márcio Pochmann (2004, pág. 33) esta informação segue a tendência de ampliação do papel da mulher como responsável pelo domicílio e sua inserção no mercado de trabalho, seja como principal provedora de renda familiar, seja como auxiliar aos rendimentos familiares.

Os beneficiários dos programas possuem de maneira geral, baixos índices

de instrução, como pode se ver na tabela abaixo:

Tabela 5 - Distribuição dos beneficiários dos programas sociais, por escolaridade

<i>Escolaridade</i>	%
Analfabeto	2,5
Alfabetizado	2,6
1ª a 4ª série do ensino fundamental	31,2
5ª a 8ª série do ensino fundamental	38,0
Ensino médio	25,0
Educação Superior	0,7
Total	100,0

Fonte: SDTS/PMSP

3.1.2 Resultados do Programa Oportunidade Solidária

Se comparado com os programas redistributivos de renda, Oportunidade Solidária não é uma ação maciça nem de resultados de curto prazo. “Quanto mais o programa e as incubadoras avançavam nas metodologias, no desenvolvimento de instrumentos e estratégias de apoio e na mobilização e organização social, outras dimensões e novas demandas ganhavam relevância e era preciso, outra vez, se transformar”. (SCHWENGBER, SILVA e PARRA, 2004, pág. 27).

O conceito sobre a metodologia do programa é a mesma que se apresenta no referencial teórico desse trabalho quando se coloca o êxito da economia solidária à formação permanente dos usuários.

Como primeiro resultado deste processo cabe destacar, a criação dessa capacidade auto organizativa que mantém uma dinâmica simultaneamente instituinte (que busca conquistar novos campos no sentido de uma cidadania ampliada) e transformada (que procura se adequar rapidamente às mutações do social). “Tudo isso feito numa relação participativa entre o programa e as entidades incubadoras, objetivando fortalecer um modelo de gestão mais democrático, com todas as novas tensões que ele instala”. (S. S. P., 2004, pág.

27).

O Programa Oportunidade Solidária iniciou suas ações em sete distritos, no início de 2002. Já em 2003, esse número passou para 36 distritos. No final de 2004, o programa cobriu 45 distritos, nos bairros periféricos com os mais baixos índices de desenvolvimento humano, o IDH.

No primeiro ano, o programa tinha quatro entidades incubadoras conveniadas, passando depois para 15 incubadoras. Os números totais, até outubro de 2004, de participantes do programa ficam assim distribuídos: aproximadamente 50 mil pessoas foram sensibilizadas para as atividades do programa; dessas, 19 mil optaram em participar e foram capacitadas na fase da pré-incubação; deste número, que iniciou o processo, cerca de 3.000 constituíram empreendimentos e outras 3.600 pessoas estavam em processo no final de 2004. Os cerca de 300 projetos de empreendimentos surgidos dos processos de incubação de incubação podem ser assim distribuídos: 28% são individuais/familiares; 72% são coletivos.

Os segmentos de atuação dos empreendimentos são assim distribuídos:

Tabela 6 – Segmentos de atuação dos empreendimentos em São Paulo

Alimentação	29,90%
Comércio	17,90%
Artesanato	13,37%
Vestuário/Confecção	10,90%
Serviços Gerais	8,22%
Coletores/Recicladores	7,35%
Cultura e lazer	5,01%
Informática	4,68%
Construção Civil	2,67

Fonte: Programa Oportunidade Solidária (2003 a 2004)

A maior parte dos empreendimentos constituídos estava integrada aos projetos de Redes de Apoio e Desenvolvimento da Economia Solidária. “Esses projetos visavam à criação de uma malha de sustentação aos empreendimentos incubados pela articulação de vários segmentos econômicos e sociais implicados no desenvolvimento de uma certa região”. (S; S. P., 2004, pág. 29). Ao final de

2004, havia nove projetos de Redes Solidárias em execução.

Não é possível uma economia possível, como modo de viver, reproduzir a vida e se relacionar socialmente de forma não subordinada sem sujeitos emancipados, sem capacidade de autogestão. Portanto, o grande desafio das políticas de fomento à economia solidária é, antes de tudo, um exercício de formar cidadãos, organizar sujeitos, ocupar a arena pública e construir direitos. ((S.;S.;P., 2004, pág. 31).

Três são os impactos possíveis de serem identificados no mercado de trabalho a partir da implementação dos programas sociais da Prefeitura de São Paulo. Em primeiro lugar, pode-se identificar o **efeito inatividade**, que decorre da absorção de mais renda pelas famílias, ocasionando a diminuição da pressão da chamada mão-de-obra secundária no mercado de trabalho (crianças, jovens, mulheres com dependentes pequenos, pessoas de mais idade entre outras). Assim, a taxa de inatividade (relação entre população inativa e a população com idade ativa) tende ser maior para determinadas faixas etárias quanto maior for a renda familiar. (POCHMANN, 2004, pág. 50).

Como decorrência do efeito inatividade, pode-se observar, em segundo lugar, o **efeito rendimento**, que resulta de menor pressão na concorrência entre os trabalhadores para os mesmos postos de trabalho existentes. Diante da permanência de um mesmo nível de ocupação e de custo de vida, a presença de programas adequados de garantia de renda pode evitar a queda de rendimento médio real, quando amenizam a concorrência entre os trabalhadores ocupados e desempregados. Nessa circunstância, sem programas de garantia de renda, tende haver maior quantidade de pessoas integrando no mercado de trabalho e, para o mesmo nível de ocupação, a concorrência aumenta, depreciando o rendimento médio real dos ocupados. (POCHMANN, 2004, pág. 50).

Por fim, em terceiro lugar, pode constatar o **efeito ocupação** gerado pela ampliação de renda e, por consequência, do consumo, quando na presença de programas adequados de garantia de renda. Nesse sentido, o impulso ao consumo adicional, especialmente nas camadas mais pobres da população, que possuem menor propensão à poupança, ajuda a ampliar o nível de produção e,

em contrapartida, o volume de ocupados.

Tendo como um dos seus focos centrais a formação de empreendimentos capazes e gerar ocupação e renda solidariamente, essas iniciativas zelam sempre pelo diálogo em torno das possibilidades e limites do desenvolvimento local, assim como pela inclusão de tais empreendimentos na estrutura produtiva e social do distrito, como organização de redes, cadeias ou outras espécies de organização coletiva, de forma a garantir a sua viabilidade e sustentabilidade econômica, além de seu efetivo reconhecimento entre os grupos populares. (POCHMANN, 2003, pág. 234).

A natureza das atividades desenvolvidas pelos empreendimentos solidários esteve concentrada principalmente em: 1) atividades relacionadas à culinária; 2) atividades comerciais em geral; 3) cuidados com idosos e 4) coletas seletivas e reciclagens de resíduos.

Percentualmente, estão divididas as atividades que o programa oportunidade solidária criou: 31,3% para as atividades voltadas à culinária; 29,7% atividades comerciais em geral; 14,1% cuidados com idosos; 10,9% para coletas seletivas e reciclagens de resíduos e 14,1% para outras atividades.

Eram duas as razões que os usuários escolhiam essa ou aquela atividade: afinidade advinda de experiência pretérita com as mesmas e considerações sobre a rentabilidade das mesmas.

Outro aspecto relevante para o programa constitui na opção pela educação popular como meio de empoderamento e emancipação dos grupos populares nas periferias de São Paulo.

Na verdade, para além da mera apropriação de saberes “prontos” mesmo que essenciais para o desenvolvimento dos empreendimentos (tais como domínio de habilidades técnicas diversas, visão global da gestão e da organização da produção, noção da segurança e da saúde no trabalho, concepção de produtos inovadores etc.), ambas as iniciativas sempre valorizaram a construção de conhecimentos pelos próprios beneficiários a partir da socialização de suas vivências individuais e coletivas. (POCHMANN, 2003, pág. 235.)

A importância de se constituir empreendimentos autogeridos deve ser entendida não apenas como estratégia de organização e mobilização dos grupos populares, mas principalmente como negócio viável para a geração de ocupação e renda e capaz de prover desenvolvimento, individual e coletivo, além da qualidade de vida, pessoal e ocupacional, aos beneficiários de suas comunidades locais.

Além da importância da educação e da construção de empreendimentos autogeridos, outros aspectos importantes estão na avaliação do programa paulistano:

- A garantia de renda mensal produz um resultado positivo na economia local, suficiente para conter o crescimento das taxas de desemprego;
- A garantia do direito à educação, pois o programa oportunidade solidária procura trabalhar com os beneficiários de programas redistributivos de renda que, por sua vez, tem a garantia de colocar as crianças na Escola;
- A velocidade da queda das taxas de homicídios nos distritos apoiados pelos programas sociais – que garantem renda, maior acesso à educação e outras possibilidades de inserção econômica da população é 80% mais rápida que no conjunto dos distritos onde os programas não estão presentes.
- Os programas de redistribuição de renda e geração de emprego têm reflexos positivos também na educação, na segurança pública, na saúde e na assistência social.

Impedir que uma pessoa se torne subnutrida reduz custos hospitalares e com medicamentos; fazer com que uma criança ou adolescente permaneça na Escola reduz o custo gerado pela evasão e reprovação escolar. Também garantir a renda temporária e capacitação ocupacional a quem não tem ocupação diminui a vulnerabilidade à violência, permitindo conter gastos com repressão e outras rubricas semelhantes. (POCHMANN, 2003, pág. 248.)

Outro aspecto da avaliação do programa é o tributário. Para cada R\$10,00 investidos nos programas sociais da Prefeitura, R\$ 1,94 retorna na forma de arrecadação tributária e economia das despesas em outras áreas do governo. Quase um quinto dos recursos despendidos voltam aos cofres públicos

municipais, ainda que subestimado o retorno desses investimentos. É um valor altamente significativo, posto que:

1. É analisado apenas o retorno monetário imediato do investimento, desconsiderando itens com retorno em prazos mais longos, como segurança;
2. Não embute nos números o chamado retorno social, mais subjetivo, portanto de mais difícil mensuração, como expansão da cidadania, redução da poluição, melhoria no trânsito, produtividade geral etc.
3. Os programas da Prefeitura foram implantados em um ambiente francamente recessivo, de alto desemprego e falta de confiança para a realização de gastos e investimentos. Seus efeitos podem ser muito maiores, uma vez que a economia nacional volte a crescer de forma sustentada. (POCHMANN, 2003, pág. 255.)

3.2 O Programa Osasco Solidária

A economia solidária como política pública chegou para a Cidade de Osasco na atual administração que se deu início em 2005 até os dias de hoje. A principal ação do governo no sentido de fomentar essa política foi com a criação da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. Nessa pasta foram criados os programas de inclusão digital, redistributivos (bolsa família, por exemplo), capacitação, inclusão, juventude e de fomento a economia solidária.

No Programa de Fomento à Economia Solidária, que tem o nome popular de Osasco Solidária é que se tem efetivado os projetos de geração de trabalho e renda, trazendo as pessoas que recebem recursos dos programas redistributivos para uma nova forma de se trabalhar, com a criação de cooperativas, empreendimentos populares e solidários e associações de produção.

Para a apresentação da experiência de Osasco, têm-se dois projetos: o projeto Oficina Escola e a Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários. Essas duas experiências corroboram com a idéia de que o poder público,

querendo, pode implementar políticas que fortaleçam o desenvolvimento local.

3.2.1 Incluindo Ponto a Ponto - Teoria e Prática em Trabalho e Economia Solidária

O projeto *Incluindo Ponto a Ponto – Teoria e Prática em Trabalho e Economia Solidária* está sendo realizado com beneficiárias do Programa Operação Trabalho e conta com experiência no setor da costura e confecção no município de Osasco (região metropolitana de São Paulo) resultando em algumas mudanças recentes na concepção do papel do poder público municipal. O desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda são incorporações novas na ação municipal pelo reconhecimento da inadequação das políticas formuladas em outros âmbitos para a solução dos problemas locais.

O governo osasquense vem implementando programas integrados, com objetivos como redistribuição de renda, educação para o trabalho, elevação de escolaridade, incentivo à emancipação econômica da população de baixa renda e investimentos na geração de postos de trabalho e no desenvolvimento local. É importante sublinhar ainda que, seguindo as diretrizes mais recentes das políticas públicas, os programas têm priorizado o atendimento a cidadãos com maior vulnerabilidade social.

O projeto que apresentamos aqui exemplifica como a adoção de uma política integrada pode ser efetiva e eficaz para a mudança na vida de cidadãos – neste caso específico, cidadãs. Ele é mais uma contribuição para a integração e articulação dos programas sociais do município com foco na emancipação por meio da economia solidária, ampliando o processo de qualificação profissional das beneficiárias que se encontra em situação de desemprego ou subemprego, procurando colaborar com o desenvolvimento do ser humano em suas diversas dimensões.

Os objetivos prioritários do projeto são:

1. Criar condições de inserção para trabalhadoras desempregadas ou subempregadas, por meio de capacitação profissional, experiência de produção e

acesso a informações sobre alternativas para geração de trabalho e renda;

2. Propiciar aos alunos da rede municipal de ensino uniformes adequados às suas atividades e às estações do ano, contribuindo assim para o direito à educação.

O projeto *Incluindo Ponto a Ponto* integra políticas de educação e trabalho promovendo, ao lado da capacitação teórica, a prática da produção (modelo oficina-escola). Além disso, as participantes são beneficiárias do Programa Operação Trabalho e recebem formação cidadã, bem como informações sobre alternativas para a geração de trabalho e renda, em especial por meio da Economia Solidária (cooperativas associações de produção etc.). A parte prática do projeto consiste na produção de uniformes para a rede municipal de ensino, revertendo parte dos recursos empregados no projeto, portanto, em benefícios para a população de Osasco.

Como um dos pontos fortes do projeto é o desenho de sua gestão, que integra diferentes secretarias e entidades da sociedade civil organizada. O quadro I apresenta sua forma de funcionamento a fim de facilitar a compreensão do funcionamento do Programa.

3.2.2 Etapa de Implementação

Quadro I – Gestão do projeto *Incluindo Ponto a Ponto*

Ação	Responsabilidade	Resultados
Recepção das fichas de inscrição e seleção dos candidatos	Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão – SDTI, Programa Operação Trabalho	Fichas preenchidas e candidatos selecionados
Curso de Qualificação Profissional	Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão – SDTI, Programa Qualificação Profissional e SENAI	Beneficiárias qualificadas
Produção de uniformes na oficina-escola	Oficina Escola, Secretarias do Trabalho e Habitação, Eremim.	Trabalhadoras com experiência e uniformes confeccionados
Organização e estrutura física	Oficina Escola, Secretarias do	Condições físicas

Ação	Responsabilidade	Resultados
da Oficina Escola	Trabalho e Educação, Eremim.	adequadas, Trabalhadoras com experiência e uniformes confeccionados.
Distribuição dos uniformes na rede pública municipal de ensino	Secretaria da Educação	Alunos recebendo uniformes
Formação Cidadã	Secretaria do Trabalho, Centro de Educação, Estudos e Pesquisas	Beneficiárias aptas a optarem pelo esforço de reinserção no mercado formal de trabalho ou pelo esforço de montarem empreendimentos econômicos solidários
Pré-Incubação e Incubação, para a constituição de empreendimentos econômicos solidários	Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão – SDTI, Programa Osasco Solidária, projeto Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários	Empreendimentos econômicos solidários e/ou cooperativas estruturadas e economicamente viáveis.

Para tornar possível a implementação do projeto, amplos esforços tiveram que ser empreendidos: a própria concepção do projeto foi fruto do diálogo entre diferentes atores (secretarias, entidades da sociedade civil, programas etc.).

Como se tratava de utilizar o poder de compra de uma administração pública, o primeiro passo foi à pesquisa sobre as possibilidades que a legislação vigente no país abria para a realização de um projeto como esse.

Resolvida esta questão, passou-se então para a identificação do público-alvo: trabalhadores (as) do setor de costura e confecção, que estivessem vivenciando situação de desemprego ou formas de inserção indicadoras de vulnerabilidade social. A seleção foi feita pelo Programa Operação Trabalho, ação da SDTI; trata-se de um programa redistributivo, que articula recebimento de benefício, capacitação profissional e prestação de serviço. As beneficiárias dos programas redistributivos são convidadas a criar oportunidades de emancipação econômica. Foram mobilizadas no processo de sensibilização e apresentação do projeto cerca de 600 beneficiárias.

Firmou-se um convênio com entidade da sociedade civil organizada com experiência comprovada em ações que promovam cidadania e a quem cabe a gestão das atividades da oficina-escola. A esta instituição cabe a gestão articulada e supervisão das atividades do projeto, bem como o espaço da oficina-escola.

Selecionadas as primeiras turmas de beneficiárias (180), parte delas (60) foi encaminhada para a capacitação no SENAI, enquanto as outras realizavam atividades de formação cidadã e pré-incubação. Ao mesmo tempo, como já houvera sido identificado o espaço adequado para o funcionamento da oficina-escola, eram realizadas as ações (pregão e cartas-convite) necessárias para a aquisição dos equipamentos e insumos necessários à produção. Finalmente, foram desenhadas as modelagens das peças que compõem o conjunto escolar (composto por 9 peças).

Resolvidas tais questões, as beneficiárias iniciaram a prática laboral na oficina-escola, produzindo os uniformes. Foram confeccionados 43 mil kits, que correspondem a quase 400 mil peças, entregues em 2006. Ao final do processo, as beneficiárias estão já em processo de acesso as “portas de saída” da política que estão disponíveis: intermediação de mão-de-obra para inserção no mercado formal; economia popular (empreendimentos familiares que podem acessar política de microcrédito) e montagem de empreendimentos econômicos solidários e/ou cooperativas apoiados pelo Programa Osasco Solidária. E todas as beneficiárias saem certificadas pelo processo de qualificação piloto com Ministério do Trabalho.

Quando do momento de decisão das primeiras turmas, 41 trabalhadoras optaram pelo mercado formal. Elas integraram em fevereiro de 2007 o processo de intermediação e 25 mulheres já se encontram selecionadas. Outras 44 beneficiárias optaram pela constituição de uma cooperativa e atualmente se preparam para a legalização.

Os resultados parciais do projeto até o momento são estimulantes: 280 mulheres (ingressantes em diferentes turmas) , capacitadas ou em capacitação pelo SENAI, vivendo a experiência de produção. E é muito interessante perceber, a partir da fala delas, como a capacitação aliada à experiência faz toda a diferença

para a construção da confiança que elas passam a ter na própria capacidade. A produção concretiza o “ver para crer” e abre caminho para a *emancipação* (referida aqui não apenas à independência econômica, mas à possibilidade de que indivíduos e grupos possam recriar constantemente o conhecimento sobre sua situação, tornando-se mais capazes de interferir sobre ela).

As beneficiárias recebem bolsa mensal de R\$450,00, mais dois vales-transporte por dia de atividade de capacitação. Este recurso, gerenciado por mulheres, reflete-se em melhoria nas condições de vida das famílias e, ao aumentar o volume de recursos em circulação, fomenta o desenvolvimento do município. Vale lembrar que diversos estudos apontam o impacto positivo de definição das mulheres como beneficiárias de programas de redistribuição de renda, na medida em que utilizam tais recursos principalmente com alimentação e vestuário, melhorando as condições de crianças e adolescentes.

Outro resultado fundamental são os alunos da rede municipal de ensino em Osasco terem acesso a uniformes de ótima qualidade distribuídos gratuitamente. Em muitos casos os uniformes são confeccionados pela própria mãe do aluno.

O projeto demonstra concretamente a viabilidade da ação conjunta do Poder Público e diversos segmentos da sociedade civil organizada, buscando a solução mais completa, eficiente e integrada dos problemas sociais. Este não é um resultado desprezível.

Para a implementação de um projeto como este é necessário um espaço físico de no mínimo 1.000 m², maquinários e equipamentos de costura e equipe especializada na área da costura e confecção. Além disso, é estratégica a identificação de parceiros para a realização das capacitações técnicas. Neste projeto, especificamente, o fato de o ofertante da capacitação ter sido o SENAI, com seu histórico e estrutura, teve papel importante na confiança que elas estabeleceram com o projeto.

O desafio fundamental num projeto como este é a necessidade de uma gestão compartilhada, que implica na criação de fóruns permanentes de planejamento, monitoramento e avaliação do projeto. Liberar o tempo dos gestores de diferentes secretarias e programas para isso é fundamental. Mas a

gestão compartilhada tem mostrado seus bons frutos para a produção de diagnósticos e intervenções mais sistêmicos e integrados.

As inovações presentes na experiência são especialmente de dois tipos: gestão pública e política de geração de trabalho e renda.

Do ponto de vista da gestão, a experiência inova ao reunir e articular ações locais, atores e diversas dimensões ao mesmo tempo. Outro exemplo é a potencialização dos resultados de ações com objetivos diferentes por meio de uma ação articulada: afinal, os recursos da educação foram utilizados tanto para a promoção ao direito à educação quanto para a inclusão social da mesma forma que os recursos para inclusão social geraram capacitação e melhoria das condições de acesso à educação.

Do ponto de vista da geração de trabalho e renda, a experiência mostra como uma iniciativa que articula teoria e prática é efetiva no resgate da auto-estima e das possibilidades de inserção laboral. A confiança na seriedade do projeto, aliada à experiência de terem visto e acreditado tornaram possível à escolha de parte das beneficiárias em estruturar seu próprio empreendimento. Assim, a experiência mostra como um ambiente institucional favorável ocupa um papel decisivo para o comprometimento do público-alvo, ampliando as possibilidades de escolhas à sua disposição. É nesse sentido que a experiência contribui para a consolidação de políticas públicas de economia solidária, mostrando que não são apenas grandes empresas e instituições internacionais que precisam de um clima de confiança para apostarem suas fichas em um determinado investimento: os cidadãos e indivíduos que tomam parte das políticas públicas de economia solidária também exigem este clima, para que outro mundo seja efetivamente possível.

3.2.3 Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários de Osasco

O município de Osasco tem se destacado por sua estratégia de combate à

pobreza e à exclusão. A Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI) criou um conjunto de ações dirigidas à população de baixa renda, que enfrenta os problemas do desemprego, das ocupações informais e, em muitas vezes, depende dos chamados programas redistributivos como única fonte financeira mais estável para o sustento das famílias. Um dos objetivos prioritários do trabalho da SDTI é possibilitar a “emancipação” dessas pessoas, articulando estes programas a ações que visam a geração de ocupação e renda, por meio do apoio e fomento aos Empreendimentos de Economia Popular e Solidária e ao desenvolvimento local. Elas estão reunidas no *Programa Osasco Solidária*.

Desde a elaboração da legislação que regulamenta a política de Economia Solidária no município (Lei n.º. 3978, de 27 de dezembro de 2005) até a construção de equipamentos públicos (como a Incubadora), o que se evidencia é a compreensão de que as políticas públicas precisam ser pensadas por sua pertinência social e econômica, ou seja, ter como referência as necessidades e demandas da população.

A parceria com organizações da sociedade civil é um dos aspectos que contribuiu não apenas para que a política chegue "na ponta", mas também sua efetividade e continuidade. Essa articulação se dá, especialmente, na criação de uma *metodologia* de intervenção, reforçando a participação das "forças vivas" da sociedade, reconhecendo e valorizando a interação com as comunidades locais, seja por meio de Ongs ou diretamente, utilizando metodologias participativas, sistematizando conhecimentos oriundos das próprias comunidades.

Nessa perspectiva é que o Instituto de Tecnologia Social (ITS) foi chamado a aportar seus conhecimentos para a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). O ITS também está identificando demandas tecnológicas (de produção, gestão, organização do trabalho e design) e sistematizando indicadores de Tecnologia Social para EES e programas de desenvolvimento local.

São também parceiros do programa a organização não governamental, além da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que contribui para o acompanhamento e

monitoramento da incubação dos empreendimentos de economia solidária, o Eremin, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e o Centro de Educação, Estudos e Pesquisas (Ceep).

Um aspecto inovador nessa experiência é o segmento de confecção e costura que consegue integrar programas de diversas Secretarias, permitindo que a ação do poder público seja mais eficaz. A parceria da SDTI com a Secretaria da Educação (projeto Educação e Inclusão) viabilizou, por exemplo, uma oportunidade concreta de produção para cerca de 300 mulheres que se capacitaram em confecção e costura, primeiro, com um curso no Senai e, em seguida, na Oficina-Escola Têxtil (mais um dos equipamentos públicos ligados ao projeto). Elas confeccionaram os uniformes da rede pública do ensino fundamental, como parte de sua capacitação profissional.

A partir de ações como esta, a estratégia da SDTI acaba por potencializar o impacto dos programas redistributivos, oferecendo alternativas de “portas de saída”, que visam a inclusão de seus beneficiários no mundo do trabalho, a criação de empreendimentos viáveis na perspectiva do comércio justo e solidário, e o desligamento, gradual e sustentado, do benefício (bolsa-auxílio).

Considerando essa perspectiva, grande parte das ações visa à valorização dos indivíduos, fortalecendo sua auto-estima, contribuindo para a formação de grupos capazes de se organizar coletivamente e buscar soluções para suas necessidade e demandas.

Outro aspecto que a experiência de Osasco revela é a valorização da Ciência, Tecnologia e Inovação como instrumento necessário para uma inserção mais igualitária no mundo e para alavancar o desenvolvimento. A produção de conhecimento permeia todo o processo de Incubação que vai da identificação das demandas sociais no município, definição de prioridades (neste caso, a geração de trabalho e renda) e proposição de ações, organizadas na forma de um plano estratégico, até sua implantação, com o envolvimento de parceiros e um esforço constante para avaliar e sistematizar o trabalho realizado.

Esse processo tende a se aprimorar a cada etapa, com a participação das pessoas e instituições envolvidas, que carregam a memória, os

conhecimentos colhidos no percurso, a inteligência coletiva que vai se construindo e reavivam, a todo momento, o sentido público da política (*a que ela veio*). Por isso, a importância de garantir canais para que esse diálogo aconteça. O que se evidencia é a visão de que produzir conhecimento aplicá-lo, geri-lo adequadamente e avaliar o impacto e sua distribuição na sociedade são elementos essenciais para o bem-estar e a efetividade das políticas sociais.

3.2.4 A metodologia de incubação

A metodologia de incubação da Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários IPEPS tem como desafio estruturar os empreendimentos num prazo de dois anos, praticando os princípios e valores expostos acima. Para isso, há uma equipe multidisciplinar, com técnicos especializados em temas como gestão, viabilidade de empreendimentos, estruturação de grupos nos segmentos atendidos (alimentação, confecção e costura, artesanato e reciclagem), entre outros.

A incubação consiste em atividades formativas, que ajudem o grupo a montar o seu empreendimento, tornando-o sustentável. Ao ingressar na incubação, uma das primeiras ações que o grupo realiza é o projeto do EES, que mescla elementos de planejamento e de plano de negócios. Ele contribui para que o grupo reconheça sua situação atual, tenha clareza dos objetivos e metas que quer alcançar e trace um plano de ações, viável do ponto de vista econômico e associativo. O projeto é discutido com a equipe multidisciplinar, que também traz uma visão estratégica do que cada grupo necessita.

A incubadora utiliza uma metodologia participativa, voltada a promover o diálogo dos saberes, constituindo um processo educativo em que todos aprendem: técnicos e empreendedores em incubação. Os técnicos da incubadora atuam como assessores e nunca como “donos do saber”. Longe disso, trata-se de uma rotina de trabalho em que os conhecimentos são produzidos e trocados, numa relação pedagógica que tanto visa aumentar os conhecimentos dos grupos, quanto estimular neles uma aprendizagem constante, uma cultura de inovação e

de sistematização de conhecimentos.

Os empreendedores populares participam da elaboração do seu próprio cronograma de formação, que aborda os seguintes temas: planejamento, autogestão e economia solidária, gestão financeira e contábil, plano de negócios e viabilidade econômica, comercialização e marketing, formalização e legalização de empreendimentos. Para cada tema, a incubadora desenvolveu um material didático de apoio e consulta.

Atualmente, a prefeitura desenvolve, em parceria com o ITS, um sistema de monitoramento e avaliação da política pública, com indicadores de Tecnologia Social, um modelo de avaliação que permite acompanhar os avanços na perspectiva do i) conhecimento, tecnologia e inovação; ii) participação, cidadania e democracia; iii) educação; iv) relevância social.

3.2.5 Desafios e Perspectivas

Um dos desafios que a prefeitura e os parceiros do programa terão pela frente, agora com os grupos já se consolidando e formando cooperativas, é construir no município redes de distribuição, comercialização e consumo na perspectiva do comércio justo e solidário. Trata-se de um passo importante para garantir a viabilidade dos empreendimentos e a efetividade desta política de geração de trabalho e renda. Para isso, a SDTI pretende lançar, em breve, uma marca que identifique e valorize os produtos do Osasco Solidária. Outra medida neste sentido é a ampliação da infra-estrutura do programa, com novos equipamentos públicos onde se prevê a ampliação da venda. É o caso do “Centro Público de Referência em Economia Solidária”, um espaço de comercialização, capacitação e cultura, a ser inaugurado no final do mês de setembro de 2007, e o “Feira Móvel” que envolve a cadeia produtiva de hortifrutigranjeiros.

Para concluir, com a implantação de políticas tal como o programa Osasco Solidária, espera-se que o poder público resgate sua função social abrangente, fundamentada no interesse coletivo da sociedade, na renovação dos valores

éticos fundamentais, na racionalização, descentralização, modernização e democratização das ações administrativas. Espera-se também, da parte dos demais atores – entre eles, a sociedade civil organizada -, uma nova responsabilidade que se traduza na participação efetiva para a construção de um projeto de cidadania e de desenvolvimento democratizado, que beneficie o conjunto da população do município.

O texto apresentado sobre as experiências de Osasco pode ser encontrado na revista Conhecimento, do ITS, número 3, setembro de 2007.

3.3 A Economia Solidária na França

Segundo Hersent, dois apelos no jornal Le Monde em 1995 e 1997 permitiram lançar o processo de construção do Movimento de Economia Solidária na França. Inquietos com as diferentes interpretações do termo economia solidária, notadamente pelos políticos, que costumam associá-la à idéia de caritativo, atores implicados decidiram esclarecer os valores que servem de base para seu engajamento. (HERSENT, 2006, pág. 89)

Criada em 1997, a Inter-Redes de Economia Solidária (IRES), se constituiu para reunir o conjunto dos atores concernidos por uma outra maneira de fazer economia a serviço do Homem. Intervindo ao mesmo tempo sobre as condições de produção, de distribuição e também sobre o modo de consumo, os atores da economia solidária querem ter um domínio sobre o conjunto da cadeia de produção, do produtor ao consumidor, integrando a dimensão Norte – Sul. Os usuários, os assalariados, os voluntários se mobilizam para instituir modos de regulação mais democráticos. Em tal tipo de dinâmica, pessoas querem criar seu próprio emprego, então iniciam novos campos de atividades, respondendo a necessidades não atendidas e fortalecendo um tecido social em vias de esgarçamento.

Segundo Hersent, abrir um restaurante associativo numa zona urbana sensível, em um bairro em processo de grande empobrecimento onde vive um

público cada vez mais marginalizado, é inventar um espaço. Também permiti conhecer sua cultura e contribuir para a diminuição das violências, ultrapassar o sentimento de impotência, reintroduzir o positivo em bairros frequentemente deixados ao abandono. (HERSENT, 2006, pág. 89)

O renascimento da economia solidária na França é recente, estando relacionado à grande crise econômica iniciada em meados dos anos 70. De fato, a partir do início dos anos 80, várias inovações, onde prevalece a solidariedade econômica, nascem como resposta aos desequilíbrios gerados pelo modelo hegemônico neoliberal de desenvolvimento e pela globalização. Combinada aos objetivos nitidamente alternativos, determinados pelos militantes de uma transformação da economia, a economia solidária francesa apresenta então múltiplas facetas: quer humanista e social, quer radical e alternativa. (GROSSO e GOMES, 2003)

No entanto, ao usarmos como critério a quantidade de pessoas “usuárias” das várias formas de economia solidária, esta permanece secundária e pouco conhecida pelo público francês. A economia solidária é assimilada a uma determinada parte da esfera associativista e parcialmente apoiada por políticas públicas específicas consideradas mais sociais do que econômicas.

Muitos grupos ou entidades associativistas franceses oferecem hoje à população alternativas (produtos oriundos do comércio eqüitativo, produtos éticos, aplicação de poupança solidária, poupança socialmente responsável) que possibilitam a cada um assumir concretamente um comportamento cidadão, tornando-se assim um ator na sociedade.

No Collectif Engagement citoyen dans l'économie (Associação Engajamentos da Cidadania na Economia), o tema da economia solidária é representado por vários atores, dentro de quatro temáticas:

- Finanças solidárias
- Comércio eqüitativo
- Consumo engajado
- Investimentos socialmente responsáveis

Na França são considerados projetos solidários, aqueles que apresentam como conteúdo um componente de interesse geral, no sentido de que contribuem, por exemplo, à inclusão de pessoas ou territórios em dificuldades: criação de empresas, projetos de economia social (associações, cooperativas) projetos de desenvolvimento sustentável (agricultura biológica, energias renováveis etc.) ou ligados ao serviço público (serviços para pessoas etc.). Esses projetos são conduzidos por muitos e diversificados atores.

Boa parte deles pertence a associações:

- Associação Engajamentos da Cidadania na Economia: Ação para o Consumo, Finansol, Plataforma para o Comércio Eqüitativo
- Movimento para a Economia Solidária (MES)
- Pólo Socioeconômico (Aliança para um mundo responsável, plural e solidário)
- Coordenação Sul
- Fórum para o Investimento Responsável (FIR)
- Associação da Ética no Rótulo

Propostas de trabalho e pedidos de políticas públicas na área da economia solidária na França:

1. Construir novos conceitos e indicadores para medir a riqueza e a economia

- Construir contextos teóricos e instrumentos metodológicos para analisar, avaliar e valorizar as especificidades das atividades da economia solidária;
- Reforçar indicadores não monetários complementares ao PIB
- Repensar a cooperação internacional, sobretudo a partir do paradigma da solidariedade do que através da ajuda financeira ou técnica;
- Ampliar os critérios de avaliação das empresas incluindo os impactos sociais e ambientais de sua atividade, propondo códigos alternativos de ética.

2. Consolidar as experiências sucedidas, e instalar sistemas de produção–distribuição–consumo sustentáveis entre os vários componentes da economia solidária a nível local, estatal, nacional e internacional.

- Desenvolver espaços de intercâmbio e solidariedade entre os diferentes componentes da economia solidária
- Articular os diferentes componentes da economia solidária reforçando as experiências, as redes e os circuitos. Trata-se especificamente de reforçar os vários elos da cadeia econômica solidária (articular, por exemplo, comércio eqüitativo e finanças solidária)
- Inventar novos modos de contratualização e financiamento entre economia solidária e poder público e/ou setor privado.

3. Promover um reconhecimento da economia solidária como elemento básico de um desenvolvimento sustentável pluridimensional.

- Desenvolver a estruturação através de redes dos vários atores da economia solidária, a fim de que eles se reconheçam mutuamente enquanto atores coletivos de mudança social;
- Pressionar as instituições multilaterais e continentais para que revejam suas políticas e integrem a economia solidária;
- Propor políticas públicas que atendam às necessidades e óticas da economia solidária;
- Divulgar e valorizar a economia solidária pela implantação de estratégias de comunicação, educação e informação. (GROSSO e GOMES, 2003).

4. RESULTADOS DAS PESQUISAS

Será apresentado nesse capítulo o resultado das pesquisas sobre as duas experiências de economia solidária como política pública. A metodologia utilizada, como já foi citado no capítulo 1, foi a exploratória e também analítica pois pretende-se fazer uma análise das duas, fazendo contrapontos e avaliando sua importância para o fomento do desenvolvimento local sustentável.

Foram realizadas visitas nas duas cidades, conversas informais com os próprios beneficiários dos programas, com os coordenadores dos programas e leituras dos projetos e textos apresentados para o pesquisador. Na avaliação se fará a comparação dos programas com os conceitos já apresentados de economia solidária bem como as práticas apresentadas nas duas experiências apresentadas no capítulo anterior.

4.1 São José do Rio Preto – São Paulo

A revista Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto de 2006 aponta uma população de 398.079 habitantes, sendo que a sua composição é de 192.615 de homens e 205.464 de mulheres, e aponta que do total de sua população, 92% dos habitantes moram na zona urbana e 8% na zona rural. O Município tem sérios problemas na área de política urbana e de sustentabilidade dos programas

sociais. Conta com cerca de 110 loteamentos irregulares, praticamente, uma cidade dentro de outra. Existe um processo de legalização das áreas, porém longo e complexo.

O desemprego é problema que aflige o Município e gira em torno de 8% da população economicamente ativa, aproximadamente 16 mil pessoas desempregadas. Para enfrentar o problema, a Prefeitura Municipal conta com investimentos em programas de incentivo às micro e pequenas empresas industriais e de serviços – incubadora e mini-distritos, em convênio com o Sebrae e a Associação Comercial e Industrial – e o programa de fomento à economia solidária – incubação de cooperativas populares, tanto para pessoas desempregadas e socialmente excluídas, quanto para aquelas que buscam um outro modo de produzir, distribuir e de viver, com justiça social e democracia.

O Município conta com 2.382 empresas industriais, 52 empresas de agrobusiness, 12.416 lojas comerciais, 6.509 empresas de serviços e 58 agências bancárias. É significativo o número de micro e pequenas empresas industriais, estimuladas, principalmente, pelo poder público municipal, por meio do programa de desenvolvimento econômico, que abrange 13 mini-distritos industriais e de serviços com cerca de 270 empresas. Dentre as principais atividades industriais do município, destacam-se os segmentos: moveleiro, alimentícios, jóias e folhados e produtos médicos. Destaca-se também o comércio, o setor de serviços e o turismo de negócios.

Com um índice de desenvolvimento humano de 0,83 e uma expectativa de vida de 73,5 anos, São José do Rio Preto é uma cidade em acelerado crescimento. Em 2000, o município foi classificado de acordo com o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) em posição excelente, não apenas por seu porte e importância que exerce no desenvolvimento regional, mas pelos altos níveis de longevidade e escolaridade atingidos, ambos superiores às respectivas médias estaduais. Os avanços verificados nos indicadores de longevidade deveram-se à redução das taxas de mortalidade de todas as faixas de idade, e nos de escolaridade, com crescimento das proporções de conclusão nos ensinos fundamental e médio, apesar de pequeno recuo da dimensão riqueza.

Em contraste com tal desempenho do município, o acúmulo de informações obtidas com o trabalho realizado pelos núcleos de assistência social nas comunidades de baixa renda, situada nos bairros periférico da cidade, indica o elevado grau de vulnerabilidade das famílias e as condições de pobreza e desemprego, com as conseqüências de degradação familiar e comunitária já conhecidas.

O enfrentamento dessa situação exige a estruturação de uma política pública de desenvolvimento local, pautada em valores éticos de cooperação e solidariedade, que proponha a adoção de estratégias emancipatórias de combate às desigualdades de renda no município. São necessários investimentos na organização da massa de desempregados para que sua atuação em pequenos empreendimentos econômicos, com o acompanhamento e orientação do setor público, imprima um choque distributivo em suas comunidades, com impacto na dinamização da economia de seu território.

Tal situação sócio-econômica pressiona o governo municipal a formular e programar políticas públicas de desenvolvimento das economias locais, como instrumentos de combate ao desemprego e à exclusão social, como também, de construção das condições de formação para o exercício da cidadania.

4.1.1 O Programa de Fomento à Economia Solidária

Parte principal da estratégia de inclusão social e econômica, a elaboração do Programa deu-se no mês de setembro de 2003 e as articulações que levaram à sua implantação, no mês seguinte. Reuniram-se as iniciativas de geração de renda existentes e promoveram-se novos contatos para viabilizar os serviços de apoio aos empreendimentos. O Programa também é resultado das articulações ocorridas com outros atores da rede de gestores públicos, em especial os gestores do programa Oportunidade Solidária, da Prefeitura de São Paulo.

A implantação das diferentes sequências do Programa deu-se de maneira simultânea, de outubro a dezembro deu-se a retomada dos contatos com os

empreendimentos existentes, os cooperados e as instituições comunitárias envolvidas, bem como o planejamento para 2004; em janeiro e fevereiro de 2004, acrescentou-se a consolidação do plano de trabalho dos gestores públicos e a formulação e assinatura de convênios e contratos; de março a junho, juntou-se o desenvolvimento do projeto da Rede Trabalho, o planejamento da mobilização e organização de pessoas desempregadas e, posteriormente, o encaminhamento para seminários programados e a discussão de novos projetos de cooperativas e outros empreendimentos.

4.1.2 Objetivos do Programa

Os objetivos do Programa de Fomento à Economia Solidária é promover e alavancar a inclusão socioeconômica e a geração sustentável de renda e ocupação para pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, através do fomento à economia e cultura solidária e ao cooperativismo popular, com o apoio à formação de grupos comunitários, adotando os seguintes procedimentos:

a) Incentivando a organização de comunidades em rede de economia solidária, focando a qualificação do consumo, o desenvolvimento, fabricação e distribuição de produtos cooperativados e a comercialização localizada e porta-à-porta; e b)

Facilitando a organização de pessoas em estado de precarização das relações de trabalho, em grupos comunitários e estes em núcleos cooperativos, empreendimentos solidários e cooperativas populares, geradores de ocupação e renda, através do processo de incubação, formação e articulação política para a inclusão sócio-econômica e consolidação no espaço criado pelo projeto de desenvolvimento local.

Participantes e parcerias

Para o bom desenvolvimento dos empreendimentos, além da dedicação dos beneficiários, conta muita o apoio de parcerias:

Beneficiários: homens e mulheres desempregados/as, beneficiários de programas de transferência de renda (renda básica), organizados ou não em

grupos comunitários;

Agências de Fomento: Fundação UNITRABALHO (Rede Universitária), ARES (Entidade Social), COOPEN (Cooperativa de Ensino), INTEGRA (Cooperativa de Trabalho Interdisciplinar);

Órgãos Governamentais: SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e SDTS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, da Prefeitura de São Paulo).

O Programa de Fomento à Economia Solidária conta com recursos do orçamento municipal no valor aproximado de R\$ 700 mil em 2004, o que corresponde a apenas 0,23 % do orçamento da administração direta do Município. Diante da expectativa gerada pelo Programa e a proposta de sua ampliação, os gestores públicos afirmam que a Prefeitura deverá investir valor bem maior nos anos seguintes.

A Secretaria da Assistência, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania, montou uma equipe de funcionários com sete pessoas, sendo um pedagogo, um economista, um geógrafo e quatro profissionais de apoio técnico-administrativo. Com o convênio do Programa com a ARES, o quadro funcional aumentou para 11 pessoas, com as presenças de uma assistente social, uma bióloga, um administrador e um pedagogo, todas disponíveis para a incubação do projeto de coleta seletiva e de transformação de materiais recicláveis.

A sala de coordenação do Programa e outros espaços públicos conquistados, incluindo os dos núcleos cooperativos nas comunidades periféricas da cidade, somam 10 unidades, significando área ainda restrita diante das ações previstas para dar suporte à estratégia de ampliação. Os recursos materiais disponíveis também não atendem, ainda, a demanda das atividades programadas pela coordenação, pelos empreendimentos solidários.

Os investimentos na formação de gestores públicos para a economia solidária e de técnicos de organizações da sociedade que atuam como agências de fomento, vêm ocorrendo, mas em descompasso com objetivos e prazos do processo de incubação, o que cria a necessidade da contratação de terceiros para dar sequência à construção do Programa. Tal decisão implica na escolha correta

de agências com experiência em economia solidária, por isso ocorreu a contratação da ARES para incubar o projeto de coleta seletiva. A capacitação ocupacional de cooperados/as vem sendo realizada conforme a escolha do segmento econômico, mas também em descompasso com a programação dos grupos. O Programa prevê a instalação de Centro de Formação Profissional, a ser proposto para convênio com organizações especializadas da família “S”, para a qualificação das pessoas participantes dos programas de empregabilidade, empreendedorismo e cooperativismo.

4.1.3 Resultados

O registro dos resultados das experiências de economia solidária foi possível, neste momento, somente até o mês de junho de 2004 pelo fato de que a partir de julho ocorreram mudanças no grupo de gestores públicos da Secretaria e do Programa, devido a alterações na conjuntura política municipal.

Até junho de 2004, os gestores que formularam e implantaram o Programa atuaram na elaboração de projetos e no acompanhamento, orientação, assessoria e organização de grupos, incubação e pós-incubação de cooperativas e criação de arranjos organizativos, envolvendo pessoas, grupos, comunidades e empreendimentos de diferentes regiões do município.

Os grupos que já se encontravam constituídos, formalizados, quando da implantação do Programa e que continuam participando do trabalho de acompanhamento e assessoria, existente desde o final da década de 90, são os seguintes:

- Cooperativa de Produção de Vestuário – constituída em 2002, resultou da evolução do Núcleo de Trabalho Cooperativo, e transformou-se em cooperativa popular. Tal empreendimento foi instalado inicialmente com um núcleo cooperativo no Centro Comunitário do Parque da Cidadania, enquanto a Prefeitura termina a construção do prédio próprio, destinado às atividades econômicas coletivas;

- Cooperativa de Operadores em Costura Industrial – constituída em 2002, com um núcleo cooperativo e 16 pessoas; instalado no Núcleo de Assistência Social do Jardim Antunes, com equipamentos cedidos pela Prefeitura;
- Cooperativa de Operadores na Construção Civil – constituída em 2003 com um núcleo cooperativo e seis pessoas, em integração com a Associação de Moradores do Bairro Marajó, que cedeu espaço em sua sede para instalação formal da Cooperativa;
- Cooperativa de Panificação e Confeitaria – constituída em 2002 com seis núcleos cooperativos e 21 pessoas. Os núcleos foram instalados em prédios públicos e de entidades conveniadas. A constituição dessa cooperativa é uma inovação organizacional, pois a organização dos cooperados deu-se na forma de rede de cooperação.

As cooperativas populares em acompanhamento e assessoria têm como maior compromisso a recomposição de seu quadro associativo; para tanto, após sucessivas reuniões de seus presidentes com a equipe de gestores, foram programadas e realizadas assembléias, mas sem o resultado esperado de ampliação do quadro junto às suas comunidades.

Os gestores públicos entenderam que é preciso adotar a estratégia da Cooperativa de Panificação, que organizou uma rede de núcleos de produção e comercialização, integrando grupos de diferentes comunidades em um só empreendimento. As cooperativas poderiam, também, integrar-se ao processo de incubação a ser implementado, visando a superação da fragilidade da formação autogestionária de seus membros.

Cooperativas populares em pré-incubação

Os grupos que já passaram pela fase um e que, portanto, já se encontram na fase de pré-incubação são os que seguem:

- Artesanato Popular – Integrará pessoas que fizeram tal escolha e que participam de nove grupos comunitários em processo de capacitação em práticas artesanais, envolvendo 180 pessoas e vários monitores

coordenados pelo Programa de Ação Comunitária, da Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS). A proposta em construção prevê a criação de quatro núcleos cooperativos, que serão instalados junto aos Núcleos de Assistência Social (NAS), totalizando 20 pessoas.

- Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis – projeto gestado em 2003 e implantação em 2004 com a instalação de cinco núcleos cooperativos, totalizando 68 pessoas. Os núcleos foram instalados em prédio público do governo federal, da CEAGESP, localizado no Parque Industrial A incubação está sob a responsabilidade dos membros da cooperativa em construção e dos gestores da ARES, que conta com a assessoria de organização qualificada em gestão de resíduos e que atua junto a prefeituras da grande São Paulo.
- Cooperativas populares em fase de articulação

Além das cooperativas em acompanhamento e assessoria e aquelas em fase de pré-incubação (ver tabela 1), outras possibilidades estavam foram articuladas:

- Alimentação Popular – proposta apresentada pelos participantes dos núcleos cooperativos de coleta e beneficiamento de materiais recicláveis. Prevê-se a organização de um núcleo cooperativo com cinco pessoas, a ser instalado na central de coleta seletiva, para fornecer alimentos aos cooperados/as da Cooperativa de Coleta e, se possível, ampliar o atendimento de outras que tenham vínculo com o Centro Público de Economia Solidária;
- Agricultura Urbana – proposta apresentada pela Associação de Moradores do Parque da Cidadania, a ser implantada com três núcleos cooperativos e 22 pessoas, em terrenos do Parque da Cidadania, Bairro Castelinho e João Paulo II. O projeto conta com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.
- Vestuário – implantação de mais um núcleo cooperativo com oito pessoas, com instalação prevista no bairro João Paulo II e deverá integrar a

Cooperativa de Produção de Vestuário, já formalizada e que tem como sede o Parque da Cidadania;

- Serviços Comunitários – projeto a ser desenvolvido por quatro núcleos cooperativos com 20 pessoas indicadas pelas Associações de Moradores e pelos NAS. O projeto começará nos bairros Parque da Cidadania, João Paulo II, Vila Toninho e Solo Sagrado.

4.1.4 Arranjos Organizativos

Para que a economia solidária se cresça, não basta a produção dos empreendimentos. Há que se pensar também na distribuição dos bens produzidos. Neste sentido, é necessária a divulgação desta “nova” forma de produzir e distribuir riquezas, buscando a sua aceitação e expansão junto à comunidade. Com este objetivo foram pensados e criados diversos arranjos organizativos. Também estavam previstas novas possibilidades:

4.1.4.1 Arranjos Organizativos implantados/realizados:

- Rede de Trocas Solidárias (grupos comunitários e feiras de trocas): foram realizados três eventos, com a participação de 18 expositores, no Parque da Cidadania. As atividades foram planejadas e executadas por um grupo de moradores integrados à Associação do Bairro, que mobilizaram artesãos e produtores da comunidade;
- Central de Aprendizagem e Produção: a Cooperativa de Panificação e Confeitaria sentiu a necessidade de melhorar a capacitação dos cooperados para padronizar procedimentos e garantir a qualidade dos produtos. Daí, junto com os gestores públicos, decidiu pela instalação da Central, que passou a funcionar no início de 2003, envolvendo sete núcleos, capacitando 21 cooperados e fornecendo produtos para venda na Rede de Consumo Solidário. O projeto terminou em fevereiro de 2004 pela dificuldade de conciliação entre os interesses dos núcleos e o

funcionamento da Central, pois esta, quando previu o rodízio de cooperantes, interferiu na organização do trabalho dos núcleos. O espaço da Central foi transformado em núcleo cooperativo: o Núcleo da Vila Ercília. Rede de Consumo Solidário (unidades de distribuição de produtos): foram implantadas duas unidades (Mercadão e Fundo Social), que estiveram em operação comercializando produtos fornecidos pela Central de Aprendizagem e Produção e confeccionados pelos cooperantes que atuaram na Central representando os núcleos de produção existentes; Rede Trabalho: o projeto foi objeto de discussão com assessores da equipe de gestão do Programa e encontra-se em fase de capacitação de assessores e teste da unidade central da Rede (Terminal Rodoviário). Estavam previstos contatos com grupos de pessoas dos bairros onde estão instalados os Núcleos de Assistência Social (NAS), gradativamente, começando pelos grupos de artesanato popular com a realização de seminários de sensibilização. Para o segundo semestre de 2004, estavam previstos seminários para grupos com 30 pessoas desempregadas, onde seriam discutidos temas de empregabilidade, empreendedorismo e cooperativismo popular. Os participantes seriam encaminhados às oportunidades de trabalho, captadas pela unidade central ou diretamente pelos NAS junto aos empreendimentos da economia solidária e da economia de mercado;

- I Encontro Municipal de Cooperativas Populares: mobilizou 78 pessoas cooperadas, representando as quatro cooperativas formalizadas e um em fase de construção. O encontro resultou de articulação com a COOPEN – Cooperativa de Ensino de São José do Rio Preto, que planejou as atividades do evento com os gestores públicos e representantes de empreendimentos, disponibilizou o espaço para as atividades de lazer e aprendizagem e a produção de alimentos pelos participantes;

4.1.5 Análise quantitativa do Programa de Fomento à Economia Solidária

Os relatos acima indicam a perspectiva de ampliação do movimento no município e ressaltam o aumento significativo quanto a abrangências e diversidade das experiências. A análise dos dados quantitativos do Programa em São José do Rio Preto será descrita a seguir:

Até dezembro de 2003, somente 51 pessoas estavam nos empreendimentos cooperativos assessorados pela Prefeitura. Com a implantação de nova estratégia, até junho de 2004, entraram mais 88 pessoas.

Os empreendimentos existentes foram organizados nos segmentos de vestuário, construção civil e panificação e o Programa possibilitou o acréscimo de mais dois segmentos, de resíduos sólidos (coleta seletiva) e artesanato popular;

As experiências serão ampliadas para nove empreendimentos e 27 núcleos cooperativos, considerando-se a existência de quatro empreendimentos e nove núcleos até 2003, mais dois empreendimentos e nove núcleos em pré-incubação e três empreendimentos e nove núcleos em fase de articulação, para início no segundo semestre de 2004;

Foi registrado, também, significativo aumento na diversidade de experiências, incluindo os empreendimentos cooperativos e outras formas de economia solidária, inclusive, com ações organizacionais inovativas que, em conjunto com os empreendimentos, compreendem um universo diversificado, podendo significar forte estímulo à regionalização do movimento. Destacam-se as propostas da Rede Trabalho, Rede de Consumo Solidário e Rede de Trocas Solidárias, a Casa da Economia Solidária e o Centro Público.

Ressalta-se a experiência de criação da Cooperativa de Panificação e Confeitaria, a qual se deu na forma de organização em rede de núcleos cooperativos de produção, implantados por diferentes comunidades periféricas. Representantes das comunidades e instituições comunitárias de apoio reuniram-se com os gestores públicos e decidiram instalar núcleos cooperativos conectados entre si através de fluxo de informações, processo de formação, fabricação e comercialização de produtos em rede de consumo solidário. Os núcleos

constituíram formalmente a cooperativa, em assembléia que elaborou, discutiu e aprovou seu estatuto social e elegeu sua diretoria e o conselho fiscal.

Quanto à evolução dos empreendimentos, constatou-se, verificando o comportamento daqueles em acompanhamento e assessoria, que, no conjunto, houve uma redução de 36,3 % no quadro associativo, do mínimo legal de 80 pessoas, as quatro cooperativas contam com 51, ou 29 pessoas a menos. Os gestores públicos levantaram as principais dificuldades que teriam dado causa ao afastamento das pessoas: retirada mensal inicial insuficiente para o provimento das despesas da família, conciliação com as demandas da vida familiar, sustentabilidade econômica do empreendimento, acesso ao crédito solidário, formação cooperativista.

O estudo das experiências com a presença da Prefeitura mostra que o processo de trabalho dos gestores públicos municipais aponta para a sistematização de ações de incentivo e fomento às práticas sócio-econômicas autogestionárias, e poderá resultar na formulação de política pública municipal de fomento à economia solidária como estratégia de inclusão e desenvolvimento.

É clara a percepção dos gestores públicos de que o combate à exclusão socioeconômica não pode ser realizado através de programas assistencialistas ou compensatórios, nem de forma passiva, ao esperar-se que a solução para a vulnerabilidade das famílias pobres surja de forma automática como subproduto do crescimento econômico. Entre os gestores e as pessoas que integram os empreendimentos e diferentes formas de economia solidária há o reconhecimento da importância do Programa e da necessidade de fortalecimento das iniciativas para a construção de política pública.

Os gestores entendem que há a necessidade de consolidação e ampliação permanente de sistema estruturado de inclusão e desenvolvimento local, como a formação de pessoas organizadas em empreendimentos autogestionárias, de forma a realizar a sua inserção sustentável no processo de produção e melhoria contínua de sua qualidade de vida e cidadania.

Verificou-se que há consciência e compromisso com a construção da economia solidária enquanto movimento político nacional, tendo em vista o

engajamento e a participação dos gestores nos fóruns, do social mundial ao brasileiro de economia solidária e os fóruns estaduais. Planejam ainda, a instalação do fórum municipal com a participação dos cooperados e cooperadas e representantes de agências de fomento, do legislativo, do judiciário e de outras instituições da sociedade civil, em especial da Rede UNITRABALHO, Associação ARES, Cooperativa INTEGRA e SENAES.

O núcleo cooperativo é o início do empreendimento que se transformará em cooperativa popular ou, quando organizado e aliado a outros núcleos, formando uma rede, poderá transformar-se num dos membros de uma cooperativa que explora o mesmo ramo de atividade. A rede de núcleos trata-se de um mecanismo que pode garantir a organização de grupos esparsos no território, mas que atuam num mesmo tipo de atividade econômica.

4.1.6 Avaliação

Hoje dentro do Município se tem oficializado a Coopão e a Cooparq e em Cooperlagos, que é gerenciada pela ARES. Como se vê, a incubação da cooperativa de catadores de coleta seletiva ainda continua após três anos de existência. O processo de incubação em São José do Rio Preto é realizada pela ARES, especificamente, para a coleta seletiva.

Quanto a participação do setor público no fomento e geração de ocupação e renda, neste ponto houve avanços, aproveitando os programas de repasses de convênios Estaduais e Federais e fazendo os “despertamentos” dentro dos grupos exercendo uma interferência benéfica em suas escolhas, para direcionamento e intermediações profissionais em suas aptidões, despertando em cada um a possibilidade da geração de ocupação e renda. Já temos alguns frutos em bairros como Planalto, João Paulo II, Vila Toninho e Jardim Antunes, onde após alguns meses de mudanças em suas capacitações, inúmeras pessoas já geram renda, aproveitando a capacitação em bijuterias e pedrarias para confecção.

A experiência de São José do Rio Preto tem dificuldades de dialogar com os conceitos de economia solidária. O programa que teve início com os conceitos de economia solidária e desenvolvimento local firmados, atualmente, só o prédio do Centro Público de Economia Solidária é que pode lembrar o que realmente se queria construir como política pública de geração de trabalho e renda.

Se depois de 2004, ano da pesquisa realizada, existiam quatro cooperativas e outras e hoje existem três, sendo que a maior delas ainda está incubada, o conceito de emancipação dos trabalhadores nem passa perto. As outras propostas de construção de novas cooperativas não foram adiante.

Outro fator preponderante é que somente a qualificação profissional é levada em consideração dentro do programa, desconsiderando a criação e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Não existem as “portas de saída”, que é o exemplo de Osasco, dentro do programa de economia local.

Outro fator que não colabora para efetivação do programa é o fato de que ele continua a ser realizado dentro do departamento do trabalho, sem ter ligação com as demais secretarias da Prefeitura, uma interface com os demais projetos do Governo Municipal. Para uma boa prática de economia solidária é necessário que seja um programa intersecretarial.

4.2 O Programa Economia Solidária da Cidade de Londrina

Inicialmente, faz-se importante analisar a realidade social de Londrina. O município de Londrina vive os reflexos de um processo histórico excludente e enfrenta contradições que apresentam índices significativos demonstrados no quadro de pobreza.

Os dados da estimativa do IBGE (2003) apontam para uma população de 467.334 habitantes. Destas, 47.721 pessoas, os que equivalem a 8.751 famílias, residem em 59 favelas, assentamentos e ocupações.

O Mapa da Pobreza aponta para a existência de 28.823 pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, aqui consideradas aquelas que possuem renda per capita de até ¼ do salário mínimo.

No tocante ao trabalho, a partir dos dados da estimativa do IBGE, 2004, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná possui um estudo que identifica que das 248.000 da População Economicamente Ativa, 108.385 estão empregados, há aproximadamente 35.000 empresários, 40.000 são profissionais liberais, 16.000 transitam à procura de emprego, o que poderia levar ao raciocínio que 43.000 estariam no trabalho informal.

Esse quadro confirma o déficit de empregos e traz demandas sociais que necessitam ser assumidas como responsabilidade da política pública, principalmente ligadas a necessidade de se apresentar estratégias de geração de trabalho e renda, as quais alcançaram maior relevância na Prefeitura de Londrina quando da implantação do Programa Londrina Fome Zero em 2003, as características centrais e os eixos de ação, num dos quais encontra-se o Programa de Economia Solidária. (NISHIMURA, 2005, pág. 01).

4.2.1 Programa Londrina Fome Zero

Com a participação de técnicos de diferentes secretarias municipais como a Assistência Social, Agricultura e Abastecimento, Mulher, Companhia de Desenvolvimento de Londrina - CODEL, Projeto 1000 ONGS, Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina – PROVOPAR – Londrina, elaborou-se a proposta preliminar do Programa Londrina Fome Zero, que após discussões teve a incorporação das secretarias municipais de Saúde, Educação e Idoso.

Algumas ações que já haviam sido iniciadas em 2001 foram incorporadas de forma mais articulada com outras políticas públicas no Programa Londrina Fome Zero, como o Renda Mínima. O cupom de alimentação, atividade integrante do eixo das Ações de Combate à Fome teve início efetivo em julho de 2003, entre

outras atividades que foram desencadeadas. O lançamento oficial do Programa ocorreu no dia 24 de outubro de 2003.

O Programa Londrina Fome Zero possui como características centrais:

- Constitui-se como um programa intersetorial, isto é, propõe-se a intervir de forma multi e interdisciplinar, com o envolvimento das diferentes políticas setoriais: educação, saúde, agricultura e abastecimento, assistência social, mulher, idoso e desenvolvimento;
- Interligação entre a sociedade civil e o poder público, por meio da articulação de proposições da sociedade civil organizada que estejam em execução;
- Controle social que pode ser exercido por meio da instituição do Comitê Gestor do Programa Londrina Fome Zero, composto por representantes da sociedade civil e do poder público que possuem como atribuição o acompanhamento, a fiscalização, a deliberação de ações que possam ampliar o âmbito de atuação do respectivo Programa;
- Estímulo ao desenvolvimento das potencialidades do usuário/a do Programa visando a sua autonomia e de sua família, característica esta, que deve permear os quatro eixos do programa, o que pode ser viabilizado por diferentes ações de apoio socio-familiar.

O programa tem por objetivo promover e otimizar ações de atendimento das necessidades sociais básicas e de segurança alimentar dos cidadãos e cidadãs que estão em situação de risco social, primando pelo atendimento descentralizado com vistas à melhoria da qualidade de vida e inserção nas políticas públicas, em conformidade com a promoção e garantia dos direitos sociais.

Fica claro na proposta do Programa Londrina Fome Zero, que o Município de Londrina com este programa pretende desencadear, reforçar, reafirmar e implementar ações que consolidem o protagonismo dos cidadãos e cidadãs envolvidos/das no Programa e potencializem as capacidades individuais e

coletivas com o intuito de alcançar a autonomia e o empoderamento destes. (NISHIMURA, 2005, pág. 2).

Considerando que há diferentes formas de se trabalhar com as perdas e o desenvolvimento de novas capacidades nas ações emergenciais e naquelas mais estruturantes, que, para o alcance dos objetivos propostos, o Programa estruturase em eixos de ação baseados, além das diretrizes nacionais, na realidade e especificidade do município, implementando, ampliando e implantando ações que contivessem os quatro eixos: 1) Ações de Combate à Fome, 2) Abastecimento Alimentar, 3) Renda Mínima e 4) Geração de Renda e Capacitação Profissional.

Os 4 eixos do Programa Londrina Fome Zero se entrelaçam, um complementando a ação do outro, um mesmo público pode diante de suas especificidades e necessidades estar inserido em diferentes ações que vão daquelas mais emergenciais até as mais estruturantes. Têm-se chamado de estruturante, aquelas que podem trazer maior independência e autonomia e estão ligadas principalmente à geração de trabalho e renda.

Um outro aspecto importante a ser reforçado é a gestão do Programa Londrina Fome Zero, que ocorre por meio de equipes técnicas de cada eixo e modalidades, alocadas nas várias secretarias envolvidas, assim como o Comitê Executivo que é composto por representantes dos diferentes setores que tem a responsabilidade de coordenar a operacionalização. Atualmente este comitê é composto por técnicos das Secretarias Municipais, Companhia de Desenvolvimento e PROVOPAR – Londrina; e ainda na gestão, tem-se o Comitê Gestor, órgão composto por 22 representantes da sociedade civil e 9 pessoas do Poder Público, que possuem como competência propor, acompanhar, fiscalizar, articular as ações desenvolvidas e a serem desenvolvidas, e atuar ainda na captação de recursos. (NISHIMURA, 2005).

4.2.2 O Programa de Economia Solidária em Londrina

O marco inicial do Programa de Economia Solidária foi a realização do I Encontro de Economia Solidária em Londrina, no dia 29 de agosto de 2002.

Na ocasião, reuniram-se técnicos das Secretarias Municipais de Assistência Social, Mulher, Agricultura e Abastecimento, CODEL para discutir a realidade de Londrina e o seu potencial para o desenvolvimento da Economia Solidária.

Identificou-se ainda, por meio de consulta a diferentes Secretarias, a existência de grupos de geração de renda que, de uma forma ou outra recebiam algum tipo de apoio, os quais ocorriam através das Secretarias da Mulher, Assistência Social e Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU.

Havia 26 grupos classificados como organizações não governamentais trabalhando com resíduos sólidos, com apoio da CMTU; 2 com apoio da Secretaria Municipal da Mulher; 8 com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, dos quais, 3 também estavam vinculados à CMTU e 1, a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. À época, algumas perspectivas eram apontadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social para a implantação de mais 15 grupos de geração de renda.

Percebeu-se, tanto nos grupos em funcionamento, como naqueles que teriam possibilidade de se estruturar, que a produção era direcionada a produtos nas áreas da alimentação, artesanato, higiene e limpeza, hortaliças, reciclagem de resíduos sólidos. (NISHIMURA, 2005).

Em reunião realizada em 30 de agosto de 2002, foram elencadas as seguintes proposições:

- Mapear o consumo atual da rede de serviços em geral, como forma de identificar o que representa necessidade que poderá ser suprida por grupos de produção;
- Buscar assessoria técnica que contribua na orientação quanto às estruturas formais e legais a serem viabilizadas (ex. organizações cooperativas, associativas, micro empresariais, etc.);
- Buscar formas e estratégias legais que permitam a prestação de contas de aquisição de produtos da Economia Solidária junto ao Poder Público;
- Gestionar com a universidade a formação de grupos técnicos de assessoramento e desenvolvimento da proposta de incubação;

- Organização de um Fórum Municipal para que discuta e desenvolva a idéia de rede e o estabelecimento de critérios de avaliação de empreendimentos solidários;
- Mapeamento regionalizado da produção, do consumo produtivo no sentido de promover o cruzamento entre o que se produz e o que se consome no município como um todo e nas regiões;
- Identificar nas comunidades e espaços públicos (escolas, instituições, igrejas, etc.), potenciais locais e estruturas para divulgação do consumo solidário;
- Viabilizar discussões e seminário nas comunidades para avaliar possibilidades de ações de Economia Solidária;
- Capacitação das equipes para assessoria;
- Proposta de legislação municipal que contribua com o processo de Economia Solidária (tributos municipais, etc.);
- Envolver a Educação tanto no que se refere à discussão com os alunos, quanto com a organização do consumo junto às Associações de Pais e Mestres;
- Integrar a população inserida nos programas de renda mínima;
- Instituição de comissão gestora interdisciplinar e intersetorial;
- Reformatar os programas municipais em desenvolvimento para que estruturam dentro da proposta da Economia Solidária;
- Identificar locais de concentração de trabalhadores para instituição de processos de compra programada (encomendas);
- Definir logomarca para identificação dos empreendimentos solidários;
- Estrutura de comercialização dos produtos advindos da Economia Solidária;
- Inserir o município e as ações já realizadas no Portal Paranaense da Economia Solidária;
- Analisar a possibilidade de implantação de “Clubes de Troca” com moeda

social.

A partir destas proposições, uma comissão composta por técnicos das Secretarias Municipais de Assistência Social, Mulher, Agricultura e Abastecimento, CODEL, Projeto 1000 ONGS, responsabilizou-se pela construção de um projeto de Economia Solidária em Londrina que incorporaram em 2003, um dos eixos do Programa Londrina Fome Zero.

As propostas contidas, no Programa de Economia Solidária são:

- **Compras Coletivas:** consiste em apoiar e incentivar os grupos de geração de renda a adquirirem insumos para a produção, de forma coletiva, para que possa baratear o custo e melhorar a qualidade. Essa prática contribui para a difusão do conceito da Economia Solidária, fortalecimento da rede de produção e consumo solidários e o fomento a grupos para produção de insumos necessários já utilizados na cadeia produtiva;
- **Incubadora Solidária – INSOL:** constitui-se não enquanto espaço físico de incubagem para produção, mas enquanto apoio, orientação, acompanhamento e assessoria aos grupos de geração de renda, ocorrendo dentro do espaço próprio já utilizado para a produção, ou em certos momentos, em espaços da comunidade local/regional e/ou central, conforme a necessidade apresentada, o que pode ser específica a um grupo ou comum aos vários empreendimentos;
- **Grupo de Consumo Solidário:** caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações que estimulem a formação de grupos de consumo solidário, a partir de locais estratégicos com concentração de pessoas num mesmo lugar, o que se configura em espaços religiosos, de trabalho, de lazer, entre outros. A constituição de grupos de consumo solidário permite às pessoas adquirirem de forma sistemática produtos advindos de empreendimentos solidários, produzidos não sob a ótica da exploração do trabalho alheio, mas como resultado de uma produção coletiva;
- **Estímulo para o consumo solidário:** consiste em desenvolver e viabilizar estratégias para difundir a economia solidária, objetivando gerar o estímulo

para o consumo solidário. Significa que, além de inserir a Economia Solidária na agenda pública, ela deve estar presente na agenda comunitária e política. Isso requer um esforço que possa mobilizar a sociedade londrinense por meio de feiras municipais, feiras descentralizadas, eventos de formação, entre outros, assim como, o estabelecimento de mecanismos que propiciem aos segmentos estratégicos como escolas, centros de educação infantil, etc. adquirirem produtos advindos da Economia Solidária;

- Cooperativa de Crédito Solidário: configura-se enquanto uma estratégia de organização dos produtores rurais familiares em sistema de cooperativa de crédito, visando a melhoria das condições de trabalho e vida do agricultor familiar e de sua família. Essa proposição possibilita a permanência do homem/mulher rural no campo, facilitando o acesso ao crédito que responda de forma adequada às suas necessidades e possibilidades. Esta ação, pelo público alvo atendido, recebe acompanhamento direto da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. Diante disso, não será objetivo nesse estudo, desenvolver um processo de reflexão sobre esta ação específica.

Com relação à gestão do Programa, há uma equipe responsável para operacionalizar as ações da Economia Solidária, do qual participam representantes das Secretarias Municipais de Assistência Social, Mulher, Idoso, CODEL e PROVOPAR - Londrina.

A Secretaria Municipal de Assistência Social designou uma equipe de técnicos para atuarem exclusivamente nesta ação. A equipe é composta por dois assistentes sociais, um agrônomo, um veterinário, uma relações públicas, um técnico em artes visuais, duas terapeutas ocupacionais e um instrutor de artesanato.

Assumem também um papel importante junto aos grupos de geração de renda, os técnicos dos Centros Regionais de Assistência Social – CRAS, localizados em diferentes regiões, nas quais se encontram os grupos de geração de renda. Cada CRAS designa um assistente social de referência para este trabalho de apoio e acompanhamento dos grupos.

No entanto, para a viabilização da proposta do Programa de Economia Solidária, entendia-se como necessário, um conhecimento mais detalhado dos grupos de geração de trabalho e renda existentes no município de Londrina, para o qual, em maio de 2003, iniciou-se a parceria com a Universidade Estadual de Londrina - UEL, por meio da Coordenadoria de Extensão à Comunidade - CEC, com a participação da área de Administração e a equipe do Programa Londrina Fome Zero, a construção de um instrumento de mapeamento dos grupos de geração de trabalho e renda.

A estratégia utilizada para a realização do mapeamento dos grupos de geração de trabalho e renda, foi agregar diferentes objetivos para um mesmo momento, ou seja, a realização de um evento formativo, informativo, de troca de experiência, que pudesse concomitantemente, mapear os grupos presentes. A primeira parte do mapeamento foi preenchida neste evento com o objetivo de identificar os grupos, número de participantes, tipo de produção, endereço para contato, local de produção, maiores dificuldades, escolaridade dos membros, cursos já efetuados pelos participantes e existência ou não de documentação do grupo.

Nesse sentido, no dia 11 de setembro de 2003, realizou-se o “Encontro de Geração de Renda e Economia Solidária”, no auditório do Instituto Filadélfia, com a palestrante, Sandra Magalhães, do Banco Palmas, de Fortaleza – Ceará. Houve a participação de aproximadamente 300 pessoas que tiveram a oportunidade de debater a experiência lá desenvolvida com Crédito Solidário; Cartão de Crédito Solidário; mapeamento do Consumo da Comunidade, com vistas a subsidiar a implantação de novos empreendimentos solidários; Moeda Solidária própria; entre outras. Na ocasião, identificaram-se 69 grupos que estavam em funcionamento ou com potencial de se estruturar para a atividade de geração de renda. (NISHIMURA, 2005).

A atividade de mapeamento não ocorreu de forma isolada, somaram-se a ela outras atividades anteriormente e/ou posteriormente desencadeadas pelas 3 linhas de ação do Programa de Economia Solidária: o apoio financeiro aos grupos

de geração de trabalho e renda; a capacitação conceitual, técnica e de gestão e o apoio à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo.

A primeira linha é operacionalizada por meio de repasse de materiais e não de recursos financeiros. O apoio financeiro por meio de repasse direto há um impeditivo legal. É importante mencionar que o orçamento utilizado para este eixo do Programa Londrina Fome Zero vem do tesouro municipal, em especial da política pública de Assistência Social, cujos recursos estão alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, na área de enfrentamento à pobreza. A sua aplicação é deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Parte do recurso é repassada ao PROVOPAR – Londrina, cuja previsão de gastos é com materiais de consumo.

Para o fomento, estabelece-se uma data para apresentação de projetos que constem de justificativa, objetivos, característica e quantidade do público-alvo envolvido, histórico do grupo, recurso solicitado e recurso existente.

Esta linha de ação foi realizada somente no final do ano de 2003 e os projetos enviados tiveram análise da equipe técnica do Programa e de representantes, eleitos nas regiões, que compunham os Núcleos Regionais de Economia Solidária – NESOLs. Estes se constituem enquanto estratégia da terceira linha de ação, isto é, do apoio à formação da rede.

O desencadeamento dessa forma de análise dos projetos procurava primar por um processo de construção em que estivesse presente o caráter e exercício democrático e de respeito à realidade e especificidade local com a participação de organizações representativas da comunidade e dos próprios participantes dos grupos de geração de trabalho e renda.

Foram estabelecidos critérios de análise, como o valor solicitado em relação ao número de pessoas envolvidas, a possibilidade de autonomia do grupo a partir desse fomento, as condições já existentes para o funcionamento do grupo, o tipo de produto a ser produzido em relação ao seu uso na própria comunidade e o montante solicitado, considerando que todas as regiões deveriam ser contempladas.

Foram apreciados 42 projetos para 39 grupos, os quais envolviam 359 pessoas, assim distribuídos pelas regiões: zona rural – 8 projetos, 7 grupos com 134 pessoas; zona norte – 12 projetos, 12 grupos com 106 pessoas; zona oeste – 4 projetos, 4 grupos com 28 pessoas; zona sul – 7 projetos, 9 grupos com 52 pessoas e zona leste – 9 projetos, 9 grupos com 39 pessoas.

Entende-se que o fomento adotado pelo Programa de Economia Solidária de Londrina está organizado sob as bases do investimento social. A partir dessa ótica supõe uma contrapartida solidária por parte do grupo. Na contrapartida solidária, do valor total do apoio, 10% é revertido em produtos que podem atender instituições assistenciais da comunidade e outros, ou 30% em serviços, isto é, a habilidade do fazer daquele grupo pode ser repassado a outro grupo ou pessoas. O tempo estabelecido para a contrapartida depende do desenvolvimento de cada grupo, o que varia de 3 meses a 1 ano, podendo ser estendido, a partir da avaliação conjunta entre técnicos e o próprio grupo. (NISHIMURA, 2005).

O estabelecimento da contrapartida em qualquer modalidade de programa é algo que está cercado de controvérsias e divergências. De um lado estão aqueles que compreendendo a inserção no programa, como uma questão de direito, questionam o por quê da contrapartida. De outro, há aqueles que consideram a ausência desta, como um paternalismo. (NISHIMURA, 2005).

Trata-se de uma política de direitos, na qual a contrapartida oportuniza que as pessoas experienciem práticas até então não possíveis ou com dificuldades de se concretizar. Práticas em que estejam presentes o princípio da divisão de saberes, da troca de experiências, da solidariedade, da cooperação, de propiciar ao outro o resultado de sua capacidade criativa de produção.

Para ilustrar a contrapartida solidária, têm-se duas experiências. Em uma delas, um grupo confeccionou os aventais utilizados nas Feiras Municipais de Geração de Renda e Economia Solidária - FEISOL e em outra, houve a divisão do conhecimento da técnica de produção de materiais de higiene e limpeza com um grupo de jovens adultos que estavam em tratamento, devido ao uso de substâncias psicoativas.

A segunda linha de ação do programa, que é a capacitação técnica, de gestão e conceitual busca por meio dessas três dimensões a implementação de ações qualitativas e quantitativas mais ampliadas no campo da Economia Solidária. A capacitação técnica tem por objetivo a qualificação e o aperfeiçoamento do fazer, o que inclui novas técnicas e o próprio desenvolvimento da capacidade criativa das pessoas.

A capacitação de gestão envolve os processos de gestão inerentes a todos os empreendimentos solidários, como controle de estoque, pedidos, gasto, comercialização, documentação, entre outros; processos estes que permitam a transparência das informações a todos os membros do grupo e que possam subsidiar o planejamento das ações e o controle coletivo.

Na capacitação conceitual são trabalhados elementos presentes na Economia Solidária que a diferencia de uma prática excludente, cujo processo ocorre em discussões mais ampliadas, entre grupos, assim como no cotidiano dos grupos. Esta capacitação também tem sido viabilizada por meio de visita in loco a experiências, como a COPAVI – Cooperativa do Movimento Sem-Terra, em Paranacity, no Paraná, ocorrida em 1 de dezembro de 2003, que contou com a presença dos participantes dos grupos de geração de renda, técnicos e membros do Comitê Gestor do Programa Londrina Fome Zero. (NISHIMURA, 2005).

Esse evento, além da palestra, contou com oficinas e uma delas referiu-se a discussão dos diferentes atores envolvidos na Economia Solidária e a organização em rede, o que apontou para a necessidade de melhor articulação. Uma das formas de explicitação das reflexões foi a identificação das várias células que compõem este movimento, mas ainda precisa-se avançar na integração destas células.

Convém ressaltar que as linhas de ação do Programa são definidas para fins de melhor elucidação do processo, mas elas acontecem ora concomitante, ora separadamente, ora se entrecruzam.

Assim, a terceira linha de ação, que é a de apoio à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo, tem sido explicitada com algumas atividades, como a que se realizou em junho de 2003, como forma de

pautar a discussão da Economia Solidária de forma descentralizada, ocasião em que se iniciaram os debates regionalizados em Londrina na zona rural e na zona urbana.

Como resultado da dinâmica, verifica-se que a geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária incorpora diversos elementos até hoje não presentes nas ações desenvolvidas:

- Atualmente não se conhece nem os grupos existentes na região, o que dificulta qualquer tipo de integração das ações, apontando assim, para a necessidade de constituir mecanismos que possibilitem esse conhecimento e articulação;
- Buscar gerar renda e distribuir renda de forma mais justa, discutindo e decidindo juntos;
- Estímulo ao consumo dos produtos na própria comunidade, vencendo os preconceitos internos que acontecem nos bairros;
- Estímulo ao consumo solidário dos integrantes dos programas assistenciais, a exemplo do Renda Mínima;
- Organização coletiva na região de espaços conjuntos para comercialização.

4.2.3 A Construção no Cotidiano

Este é um processo que ainda está e sempre vai estar em construção e, uma das preocupações do Programa de Economia Solidária de Londrina é, neste apoio aos grupos de geração de trabalho e renda primar pela garantia da autonomia e protagonismo dos empreendedores solidários, sem, contudo deixar de avaliar continuamente de forma coletiva, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, os resultados dessa ação.

Uma das dificuldades encontradas para a estruturação do Programa de Economia Solidária, foi a ausência de uma equipe técnica que apresentasse vivência prática e bagagem teórica. No entanto, as constantes inserções nas

discussões, por meio dos eventos de capacitação e dos estudos realizados, faziam com que a equipe pudesse ir se apropriando gradativamente do conteúdo da Economia Solidária.

Além disso, pensa-se na difusão do conceito e práticas, por meio de diferentes estratégias, como a realização das feiras, eventos, teatro, boletins específicos, entre outros; o processo de capacitação dos próprios empreendimentos; o apoio financeiro para que possam ter viabilidade de funcionamento; a relação de parceria do Poder Público e sociedade civil, tanto na participação no Comitê Gestor do Programa, como nas organizações regionais.

Ainda, há que se apontar alguns desafios e limites postos a essa proposição, que é o enfrentamento às práticas já incorporadas no cotidiano pessoal, familiar e grupal, e que perpassam pelo exercício diário de posturas excludentes e não de inclusão. (NISHIMURA, 2005).

4.2.4 Avaliação do Projeto

O projeto de economia solidária da cidade de Londrina apresentou aspectos relevantes para a construção do desenvolvimento local sustentado e fortalecimento da economia solidária como política pública.

O poder público tem colaborado para o fomento à economia solidária através das seguintes ações:

- Apoio as iniciativas grupais de geração de trabalho e renda;
- Assessoria aos grupos de geração de trabalho e renda;
- Fomento com recursos materiais aos grupos de geração de trabalho e renda com estabelecimento de contrapartida solidária nas partes dos respectivos grupos;
- Apoio ao desenvolvimento de estratégias e mecanismos para constituição da rede solidária de produção, comercialização e consumo;

- Fortalecimento de espaços coletivos de organizações regionais e municipais da economia solidária;
- Implementação de espaços de comercialização por meio das feiras municipais e descentralizadas em locais de concentração de pessoas trabalhadoras;
- Capacitação conceitual, técnica e de gestão aos grupos de geração de trabalho e renda;
- Sensibilização sobre ECOSOL e consumo crítico e solidário da equipe interna externa como diretores e diretoras das escolas municipais, movimento de mulheres, coordenadores (as) da Educação de jovens e adultos, técnicas da Secretaria Municipal da Mulher, coordenadores (as) das Unidades Básicas de Saúde;
- Formatação de uma proposição de inserção da ECOSOL como tema transversal da EJA;
- Com a construção do Centro Público de ECOSOL como um dos espaços de referência nesta área para atendimento, formação, exposição, eventos e comercialização;
- Realização de mapeamento do consumo de um dos Distritos Rurais do município em parceria com a Associação de Mulheres, Pastoral de Criança, Centro de Educação Infantil, Unidade Básica de Saúde, Escola Municipal, etc;
- Em fase de estudo, legislação no âmbito municipal que atenda a realidade dos empreendimentos solidários no que se refere ao crédito, fundo específico, espaço institucional próprio, entre outros;
- Destinação para o ano de 2005 de recurso financeiro de aproximadamente R\$ 500.000,00;
- Realização de Planejamento Estratégico em Abril/05 na área da ECOSOL o que acarretou na instituição de um Programa de Economia Solidária com o Programa Intersetorial da Prefeitura de Londrina, com envolvimento de 16 Secretarias / Companhias / Autarquias. Anteriormente as ações de ECOSOL integravam um dos eixos do Programa Londrina Fome Zero;

- Instituição por meio de Decreto de um Núcleo Intersetorial do Programa composto por representantes das várias Secretarias, Companhias e Autarquias que tem responsabilidade de operacionalizar o programa;
- Definição de um sistema de monitoramento e avaliação com instituição de indicadores e categoria de análise: inclusão social, desenvolvimento do empreendimento, organização coletiva e inserção comunitária.

O Projeto da economia solidária de Londrina colabora para o desenvolvimento local das seguintes formas:

- Articulação e integração: o desenvolvimento do presente programa está pautado na articulação e integração no âmbito interno da administração municipal e externo.

A organização sob essas bases qualifica e otimiza as ações com o caráter intersetorial e multidisciplinar, o que permite atuar de forma integralizada com o público a ser atendido;

- Protagonismo dos empreendedores solidários: o protagonismo por parte dos empreendedores deve permear todas as ações desencadeadas no âmbito intragrupal, bem como na organização do movimento da economia solidária na produção, comercialização e consumo dos produtos e serviços procedentes dos empreendimentos solidários;
- Transparente, ético e participativo: o desenvolvimento do programa será sob a égide da transparência, no que se refere as atividades executadas, aos recursos utilizados, aos critérios de acessibilidade, ao monitoramento e avaliação do programa; ético, na medida em que envolve o sigilo profissional, imparcialidade e critérios técnicos para o funcionamento e; participativo no que diz respeito ao processo de construção e reconstrução do programa, envolvendo técnicos dos diferentes setores da Prefeitura de Londrina, parceiros e empreendedores;
- Foco no coletivo e matricialidade familiar: os projetos que compõem o presente programa têm por finalidade reforçar a convivência familiar e comunitária, para oportunizar que as diferentes ações resgatem e/ou reafirmem os laços de

identidade, o sentimento de pertencimento e a capacidade individual/grupal/familiar;

- Desenvolvimento Local: significa voltar o olhar para as necessidades, as especificidades e o potencial produtivo e de consumo de determinada região, valorizando as capacidades locais.

E desencadeia suas ações com o intuito de contribuir para o desenvolvimento local quando:

- Estimula e fortalece espaços coletivos de organizações locais de economia solidária;
- Implementa espaços de comercialização descentralizados;
- Estimula a constituição da rede de produção, comercialização e consumo;
- Parte da realidade e especificidade de cada grupo, dos grupos e da região para apoiar as iniciativas da economia solidária;
- Realiza mapeamento do consumo local;
- Parte do potencial produtivo para estabelecimento de cadeias a exemplo da banana que permite a produção de alimentação, fibras, papel etc;
- Introduz no Fórum de Desenvolvimento Sustentável a discussão sobre a economia solidária.

Durante a visita que foi realizada a um empreendimento econômico, uma senhora fez um depoimento que configura bem a importância da economia solidária para o desenvolvimento local, que também está escrita na tese de mestrado de Sandra Nishimura:

“Pelo o que eu tenho participado eu vejo que a Economia Solidária, se a gente não consegue fazer, por exemplo, esse trabalho em conjunto você acaba não conseguindo fazer mesmo uma economia.

Porque por exemplo, se a Dona. faz uma toalha de crochê a vizinha dela, por exemplo, faz o sabão, a própria vizinhança dela pode ser cliente dela, porque quem não consome sabão?

Então eu acho que a partir do momento que a gente conseguir ter consciência que a comunidade pode trabalhar em conjunto, produzir e comprar o seu próprio produto e não ir, por exemplo, sair daqui e ir lá no mercado comprar um tapetinho sendo que aqui no nosso bairro a gente produz isso.

Eu acho que se a gente tiver consciência de que a nossa renda pode gerar até no próprio bairro não precisa, não precisa depender de uma feira ou de uma exposição para trabalhar. Uma colcha quem que não usa uma colcha na cama?

Então a gente tem tentado acho que através de tudo que a gente tem feito aprender e saber como a gente trabalhar com a própria comunidade mesmo, porque a Economia Solidária, acho que é a gente mesmo fazer aquela parte nossa, que é mostrar o que a gente sabe fazer e colocar para as pessoas a consciência que ele pode ser solidário junto com a gente também.

Então acho, que penso assim, que se a gente começar a gerar renda na própria comunidade o espaço para a gente vai ser sempre maior né? Não pegar daqui e levar lá para a cidade, as vezes a pessoa nem sabe da onde ta comprando, quem que é esse grupo, da onde ele vêm. Tem muitas pessoas que até perguntam quando vai comprar, mas, tem muitos que compra e vai embora e não pergunta.

E acho que a gente estaria trabalhando a Economia Solidária junto, porque desde quando assim, acho assim, a gente ta mostrando a gente já ta procurando divulgar o trabalho, já ta procurando se unir mesmo, porque acho que a comunidade ela faz parte do nosso trabalho também né?” (Nishimura, 2005).

O depoimento do Grupo valoriza o potencial da própria comunidade local composta por pessoas que produzem e ao mesmo tempo que possuem necessidades de consumo. Essa idéia traduz o conceito de desenvolvimento local, o qual parte da realidade local e tem por objetivo contribuir para a melhoria da condição de vida dos moradores.

5. Considerações

A economia solidária, dentre outras políticas tem se mostrado um importante mecanismo de combate ao desemprego e à exclusão social. E também é uma aliada de frente na indução ao desenvolvimento local principalmente, quando apresentada como política pública das Prefeituras.

É uma mudança cultural a realização de empreendimentos econômicos solidários como construção de alternativas de desenvolvimento. E as Prefeituras municipais são elementos fundamentais nesse processo de mudança. As experiências apresentadas no capítulo 3 são provas de que o poder público pode chamar para si a responsabilidade de indutor de desenvolvimento local, tendo os programas de economia solidária como referências.

Para que os programas de economia solidária sejam eficazes é necessária uma integração entre as várias políticas sociais de uma administração pública. Dessa forma potencializa-se sua eficácia atingindo os objetivos de construção de alternativas solidárias e economicamente viáveis à exclusão e ao desemprego.

A ampliação do potencial na implementação destas políticas tende a ser maior na medida em que são envolvidos outros organismos governamentais e organizações sociais especializadas. A articulação de uma rede de parcerias é um importante mecanismo a ser adotado em todas as etapas de implantação destas políticas.

A articulação de parcerias e a formação de redes estiveram presente nas duas experiências estudadas, sendo instrumentos de implementação das políticas de economia solidária. Outro fator importante é a articulação nacional dos programas na Rede de Gestores de Economia Solidária, espaço onde se reúnem todas as experiências de projetos de geração de trabalho e renda.

A construção e aplicação de uma política de incentivo à economia solidária devem estar articuladas com o projeto de desenvolvimento municipal e regional. A economia solidária pode ser um elemento de destaque na construção do projeto de desenvolvimento do município por constituir-se de um conjunto de práticas e instituições baseadas na solidariedade e cooperação, em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável e solidário.

O desenvolvimento local tanto é determinado por condições sociais, políticas e econômicas externas, quanto pelas relações sociais contruídas na realidade local. Estas relações sociais, por sua vez, são influenciadas pela forma como são constituídas e como atuam as instituições locais.

Há, recentemente, um processo de grandes mudanças nas instituições locais. As Prefeituras passam a ter um papel mais ativo no desenvolvimento social e econômico dos municípios.

Ao analisar as duas experiências percebe-se que o papel do poder público local é extremamente importante para a viabilidade dos empreendimentos de economia solidária. E fazendo uma comparação entre Londrina com São José do Rio Preto nota-se que em Rio Preto a dependência dos grupos cooperados com a Prefeitura é maior, haja vista o tempo em que a cooperativa de materiais recicláveis ainda mantém incubada e seus membros recebendo benefícios dos programas redistributivos. Isso decorre de fatores históricos da cidade que não possui grupos da sociedade tão organizados como da outras localidades.

Outro fator interessante é que o programa de economia solidária de São José do Rio Preto, que funciona na Secretaria Municipal de Assistência Social, não tem interface com os demais órgãos da Prefeitura, ficando isolado no departamento de trabalho da própria Secretaria; e sua equipe de trabalho é mínima, contando com apenas o coordenador do programa que é economista, uma assistente social e um auxiliar.

O programa de Economia Solidária de Londrina também tem sua estrutura dentro da Secretaria de Assistência Social e tem como coordenadora do programa uma assistente social. Porém a equipe é bem maior do que Rio Preto, contando com 9 profissionais e tem interface com diversos órgãos da Prefeitura.

São concepções de como devem ser implementados os programas de economia solidária. As duas experiências mostram como pode se conceber um projeto e fazer com que ele se desenvolva e mostra viabilidade. Um dos aspectos é a importância que o gestor público dá para implementação de políticas. Nos casos estudados fica a percepção que a Prefeitura de Londrina tem uma preocupação maior com o sucesso do programa de economia solidária, pois ele é transversal às demais Secretarias Municipais; é uma política de governo e o aporte dos recursos municipais é considerável se comparado com a outra cidade.

O programa de economia solidária de São José do Rio Preto possui uma equipe muito pequena, não tem articulação com outras Secretarias da Prefeitura; não é um programa de governo e os recursos destinados ao departamento são muito menores se comparado com a outra cidade.

Outra análise que se faz dos dois programas apresentados é a compreensão sobre o papel da economia solidária na geração de trabalho e renda. Em São José do Rio Preto o projeto tem como foco a qualificação de mão de obra e em Londrina a preocupação de gerar trabalho de renda desde o início do empreendimento, através das incubações.

Seguindo os objetivos desse projeto, percebe-se que a indução ao desenvolvimento local realizado pelas duas Prefeituras tem aspectos diferentes.

Isso foi verificado pela forma como é tratado cada projeto, não só dentro da estrutura da gestão pública como também nos investimentos aportados para cada

programa. Apesar de o desenvolvimento local não possuir um quadro teórico rigorosamente definido pode-se afirmar que a experiência de Londrina tem uma dinâmica mais definida de construção do desenvolvimento local.

Como ferramenta de ação de poder público para o desenvolvimento local, as experiências de economia solidária das duas cidades mostram que se pode investir na organização da sociedade, na construção da economia social, na geração de trabalho e renda e na emancipação dos trabalhadores. Por isso a economia solidária é um importante instrumento no processo de desenvolvimento local.

Uma novidade da economia solidária reside na forma como ela tem colocado o problema do Estado e da política pública. A economia solidária (seus sujeitos, suas organizações e entidades) reivindica ações públicas e busca reconhecimento como questão de Estado. E nessa trama do Estado e da Sociedade Civil ela configura-se como questão pública, questão de direito, questão de dever público a ser enfrentada, cada vez mais, no âmbito do espaço público.

A construção da SENAES pelo atual governo federal coloca como um marco importante na implementação da economia solidária, pois nas duas experiências estudadas e mais a cidade de Osasco possuem Centros Públicos de Economia Solidária. Apesar de parecer pouco em se tratando do orçamento público federal, mas tem um significado importante para a pesquisa, pois aponta a importância do poder público local como fomentador de políticas de economia solidária. E que nos parece é que o Governo Federal tem essa compreensão ao financiar projetos diretamente aos governos locais.

Algumas dificuldades foram encontradas na pesquisa que mostram fragilidades de implementação da economia solidária como política pública e na construção do desenvolvimento regional.

Limites e fragilidades: as políticas públicas, quaisquer que sejam, têm que ser construídas de forma que sejam transformadas em projetos de Estado e não de Governo. É importante que sejam consolidadas para que não só sejam eficazes, mas também duradouras independente de quem esteja governando. No

caso específico de São Paulo, o programa permaneceu enquanto durou um governo que apostava na economia solidária como política pública. Mudou o governo e não se vê hoje se quer a Secretaria, pois mudaram o nome e o foco de trabalho. Nas outras três experiências, tem-se 2008 como último ano de mandato.

Em Osasco o Programa Osasco Solidária está capacitando servidores efetivos para que, num próximo mandato, continuem os projetos de economia solidária. Essa é uma prática interessante para suprir a fragilidade entre uma política de governo e uma política de Estado.

Outro assunto é a integração nacional, estadual e municipal. Todas as experiências apresentadas tiveram o Governo Federal como principal aportador de recursos, sendo o próprio município entrando com sua quota parte. Não se teve aportes do Governo Estadual nessas experiências, apenas nos programas redistributivos estaduais. Existe, portanto, um buraco nessa relação, pois se pode imaginar um processo de desenvolvimento local onde as ações passam somente pelo local e nacional. Se na construção da economia solidária ao nível local é fundamental que ela esteja integrada entre os diversos segmentos de um governo, também vale para as ações nacionais. Essa falta de integração é uma fragilidade para maior implementação de programas de economia solidária como política pública.

Marco Legal: Um dos desafios para a economia solidária é o marco legal, pois, uma gama de produtores dessa economia estão na informalidade que, na maioria das vezes, acaba prejudicando na sua disputa por mercados. Isso acontece quando um produtor quer realizar a concorrência para uma administração pública. Sem os devidos registros jurídicos e contábeis não conseguirá fazer parte da disputa desse mercado.

Esse é outro gargalo na implementação de políticas de economia solidária. Ainda não se tem uma legislação específica para que defina o que são empreendimentos econômicos solidários e tão pouco sobre a participação de cooperativas em licitações. As quatro experiências têm a mesma dificuldade de implementação das políticas de economia solidária: como o poder público pode comprar os produtos feitos pelos empreendimentos, por exemplo.

O Município de Osasco encontrou uma saída através da experiência Oficina Escola. As costureiras fazem curso de capacitação num período e no outro aprendem a costurar fazendo os uniformes dos alunos da rede pública municipal. Isso foi conseguido através de convênio com uma organização não governamental e a parceria das Secretarias de Educação e do Trabalho.

A experiência de Osasco mostra que mesmo com a dificuldade de se ter um marco legal, pode-se encontrar saídas. Outra proposta é a realização de feiras de produtos que foram feitos pelos empreendimentos solidários. Nesse caso, todos os Municípios possuem essa prática.

O trabalho pode-se afirmar que o poder público local tem um papel importante na construção de economia solidária, pois ela se constrói na localidade, nas comunidades, nas famílias, e que pode passar essa fronteira, contribuindo para o desenvolvimento local, construindo redes e disputando espaço no mercado e nos poderes públicos, estadual e federal.

Outra consideração importante para essa dissertação é o fato do conceito de economia solidária ainda não estar tão digerida dentro do tema desenvolvimento local. Os que se tem apresentado na teoria são ainda implícitos e escamoteados, sem uma definição mais objetiva do termo economia solidária.

O trabalho considera que a economia solidária pode e deve estar inserida nos conceitos de desenvolvimento local, e as experiências apresentadas e analisadas fazem por merecer essa inclusão e que a política pública é importante para a afirmação da economia solidária dentro da temática do desenvolvimento local.

6. Referências

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO. *Desenvolvimento Local e Economia Solidária, Propostas de Políticas Públicas Municipais*. São Paulo. CUT, 2001.

ALBUQUERQUE, F. *Desenvolvimento e fomento produtivo local para superar a pobreza*. Em *Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Associativismo. In CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.

_____. Autogestão. In CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralização do mundo do trabalho*, 4^o edição. São Paulo: Cortez, 1997.

BENKO, G. *Développement durable et système productifs locaux, em Réseaux d'entreprises*. Regards sur les systèmes productifs locaux. Paris. DATAR/La documentation française, 2001.

BERTOLUCCI, Ademar de Andrade. SILVA, Roberto Marinho Alves da. *20 anos de Economia Popular Solidária*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

CATTANI, Antonio David. *A Outra Economia* (org.). São Paulo: Veraz, 2003.

CAZZUNI, Dulce, PRAXEDES, Sandra Fae, PATRONE, Paula; JARDIM, Fabiana; GUIMARÃES, Gerson; RANGEL, Beatriz e SOARES, Ana Paula. *Um Projeto de Cidadania e Desenvolvimento*. São Paulo: Revista ITS, número 3. 2007.

CHANIAL, Philippe e LAVILLE, Jean-Louis. *A Economia Solidária na França*, in *Ação Pública e Economia Solidária Uma Perspectiva Internacional*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

CONJUNTURA ECONÔMICA da *Cidade de São José do Rio Preto*, 2003.

CORAGGIO, José Luis. *A proposta de economia solidária ante a economia neoliberal*, in PINTAUDI, Silvana Maria (org.). *Economia Solidária. Um Setor em Desenvolvimento*. Rio Claro. Prefeitura de Rio Claro, 2002.

CONSUMO SOLIDÁRIO. *Folder da Prefeitura de São José do Rio Preto*, 2003.

DEMO, P. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

FRETTEL, Alfonso Cotera e ROCA, Humberto Ortiz. *Comércio Justo*. In CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Janeiro e Fevereiro de 2003.

_____ e LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 27ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GALLO, Zildo; FERREIRA, Valdir; LEITE, Antonio Silvestre. *Estratégia Riopretense de Inclusão Social e Econômica*, Araraquara, UNIARA, 2005 (no prelo).

GOHN, Maria da Glória. *O Protagonismo da Sociedade Civil. Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

GREFFE, X. *Décentraliser pour l'emploi: les initiatives locales de développement*. Paris: Économica. 1988.

IPEA. *Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária*. Brasília: 2005

GOSSO, Pauline e GOMES, Rosemary, *Economia Solidária na França*, de junho de 2003. Disponível no sítio www.abong.org.br. Acesso em 20 de outubro de 2007.

JESUS, Paulo de. *Desenvolvimento Local*, in CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Ed. Veraz, 2003.

LEROY, Jean-Pierre. *Tudo ao Mesmo Tempo Agora*. R. de Janeiro: Editora Vozes, 2ª ed., 2002.

MANCE, Euclides André. *Cadeias Produtivas Solidárias*. In CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.

MARTINELLI, D. *A ecologia de empresas e outras abordagens sistêmicas no ensino de política de negócios*. Publicado no XVI Congresso Anual da ANPAD. Canela (RS). Set. 1992.

MOREIRA. José Barros. *Como está o programa de economia solidária de Rio Preto*, São José do Rio Preto, 30 de novembro de 2005. Disponível em <http://www.riopreto.sp.gov.br>>. Acesso em 30 de novembro de 2005.

MORIN, Edgar, *Tierra Pátria*. Barcelona – Espanha. Kairós, 1993.

NISHIMURA, Sandra. *Dissertação de Mestrado: Universidade Estadual de Londrina*, Londrina, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?*. Revista do Pólis Programa de Gestão Política e Cidadania: São Paulo, 2002 .

POCHMANN. Márcio (org.). *Outra Cidade é Possível*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Políticas de Inclusão Social: Resultados e Avaliação*. São Paulo: Cortez, 2004.

PÓLIS. *Aspectos Econômicos de Experiência de Desenvolvimento Local*: São Paulo, 2004.

PRAXEDES, Sandra Fae. *Incluindo Ponto a Ponto, Teoria e Prática em Economia Solidária*. Osasco, 2007

RECH, Daniel. *Cooperativas: Uma Alternativa de Organização Popular*. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento, includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro, Garoamond, 2004.

SALOMON, D. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

SENAES. *Economia Solidária e Desenvolvimento*. Brasília: 2003.

SCHMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio. *Cooperativismo – Cooperativa*. In CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.

SCHWENGBER, Angela. *O Programa Oportunidade Solidária*. In: *Outra Cidade é Possível*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Angela; SILVA, S. I. F. P.; PARRA, H. Z. M. *Oportunidade Solidária: Construindo uma Política Pública de Economia Solidária*, Cadernos Temáticos 4. São Paulo: SDTS, 2004.

SEN, Amartya. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SILVEIRA, C. *Sistema Ceape: Programa de apoio a pequenos empreendedores*. in CAMAROTTI, I.; SPINK, P. (org.) *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de. (org.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.'